



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026**

**LICITAÇÃO PARA AMPLA CONCORRENCIA**

**REGISTRO DE PREÇOS**

**(Processo nº 06.1304.0001/2026)**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA, torna público, para conhecimento das empresas interessadas, na forma da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e, no que couber, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e, tendo em vista o que consta do Processo nº 06.1304.0001/2026, a abertura de licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, pelo critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, destinada à Registro de preços para futura Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva de veículos e fornecimento de peças para atender as necessidades do município.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados, far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico <https://www.comprasgracaaranha.com.br/>.

**DATA: 15/05/2026**

**HORÁRIO DE BRASÍLIA: 09h00**

**SÍTIO ELETRÔNICO OFICIAL: <https://www.comprasgracaaranha.com.br/>**

**OBSERVAÇÃO:** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.comprasgracaaranha.com.br/>

### **CAPÍTULO I - DO OBJETO**

1.1 O presente pregão tem por objeto o registro de preços, para, por demanda formulada por este MUNICÍPIO, as futuras **Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva de veículos e fornecimento de peças para atender as necessidades do município**, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.

### **CAPÍTULO II - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO**

2.1 Poderão participar deste Pregão as interessadas estabelecidas no País, que satisfaçam as condições e disposições contidas neste Edital e nos seus Anexos, inclusive quanto à documentação, que desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão, previamente credenciadas no PORTAL DE COMPRAS DO MUNICÍPIO DE GRAÇA ARANHA por meio do sítio <https://www.comprasgracaaranha.com.br/>.

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA**

2.1.1 Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.

2.1.2 O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de GRAÇA ARANHA responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.1.3 Informações complementares sobre o credenciamento poderão ser obtidas através do sítio: <https://www.comprasgracaaranha.com.br/>

2.2 Somente poderão apresentar proposta às empresas legalmente estabelecidas, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

2.3 Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, isoladamente ou em consórcio, empresas ou sociedades cooperativas que, por qualquer motivo:

2.3.1 tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta federal, estadual, municipal ou distrital, tendo por fundamento o art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;

2.3.2 estejam impedidas de licitar e contratar nos termos do art. 156, III da Lei nº 14.133/2021, e nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, bem como, tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar nos termos do artigo 156, IV, da Lei 14.133/2021;

2.3.3 tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com o Município de GRAÇA ARANHA.

2.3.4 estejam elencadas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

2.3.5 encontrem-se em processo de dissolução ou liquidação.

2.3.6 constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

2.3.7 em razão da prática de ato de improbidade administrativa, o sócio majoritário esteja proibido de contratar com o poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;

2.4 A fim de verificar as condições de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro realizará consulta nas seguintes bases de dados:

2.4.1 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no endereço eletrônico [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA**

2.4.2 Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes>;

2.4.3 Consulta ao Sistema Inabilitados e Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.

2.4.4 Recomenda-se a juntada dos documentos acima, tendo em vista dar celeridade ao processo.

2.5 Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

2.6 As sociedades cooperativas poderão participar deste certame desde que satisfaçam os requisitos estipulados pelo art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

2.7 É vedada a participação de consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição.

2.8 Na ausência da Declaração Unificada elencada no item 11.3.4.1, considera-se válida as Declarações devidamente preenchidas e dispostas no campo próprio do sistema eletrônico, sendo que a Declaração Unificada será solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

### **CAPÍTULO III - DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA**

3.1 A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcado para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

3.2 A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico o preço unitário de cada item, observados o quantitativo e a unidade de fornecimento do objeto a ser contratado, conforme o Termo de Referência (Anexo 1).

3.2.1 Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados apenas até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

3.2.2 Não será aceito quantitativo inferior ao total previsto para registro.

3.3 Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital.

3.4 O campo 'Descrição Detalhada do Objeto Ofertado' será destinado às informações complementares da proposta, observando-se os seguintes prazos e condições:

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA**

3.4.1 Prazo de entrega dos produtos de, no máximo, 25 (vinte e cinco) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho acompanhada da ordem de fornecimento.

3.4.2 Os prazos de que tratam o item 3.4.1 poderá ser prorrogados uma vez, por igual período, quando solicitado pelo convocado durante o transcurso do prazo e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

3.4.3 Prazo de garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo do objeto.

3.4.3.1 Desde que seja de interesse do contratante, poderá ser aceita a entrega de itens com prazo de validade, na data de entrega, inferior ao citado no subitem 3.4.2. É imprescindível que esses produtos sejam acompanhados de carta de segurança (carta-garantia), na qual o fornecedor se compromete a substituir a quantidade do item que não for consumida até a data de sua expiração pela mesma quantidade de um novo lote.

3.5 A omissão dos prazos e condições fixados no subitem anterior implica a aceitação, por parte da licitante proponente, daqueles indicados neste edital.

3.6 Não serão classificadas as propostas em desconformidade com este edital.

3.7 A licitante que se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006, deverá declarar sua condição em campo próprio do sistema.

3.8 Uma vez certificada após o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

3.9 Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.

3.10 As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

3.10.1 Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

3.11 A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

## **CAPÍTULO IV - DA SESSÃO PÚBLICA**

4.1 A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <https://www.comprasgracaaranha.com.br/>.

4.2 Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante

troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

4.3 Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

4.4 Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

4.5 No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.comprasgracaaranha.com.br/>.

4.6 O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

## **CAPÍTULO V - DO INÍCIO DA DISPUTA E DA VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS**

5.1 A fase de lances deste Pregão será processada pelo modo de disputa “aberto”, conforme procedimento estabelecido no art. 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022

5.2 A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, ressalvado o disposto no item 5.3.

5.3 Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º e 11 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá desclassificar a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo à competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:

5.3.1 proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;

5.3.2 proposta com preços manifestamente inconsistentes ou com presunção absoluta de inexequibilidade;

5.4 Serão considerados preços manifestamente inconsistentes quando ofertado valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.

5.5 Mediante despacho fundamentado registrado no sistema e acessível a todos, o Pregoeiro apresentará as razões para a prévia desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão em vista do disposto no item 5.3.

## CAPÍTULO VI - DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

6.2 A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

6.3 Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

6.4 Havendo empate entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

6.4.1 Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto no subitem anterior.

6.4.2 Persistindo o empate após a aplicação dos critérios referidos nos subitens anteriores, o desempate ocorrerá por meio de sorteio eletrônico a ser realizado pelo pregoeiro.

6.4.3 Não será aplicado o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 na hipótese estabelecida no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

6.5 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

6.5.1 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.6 Durante a “etapa aberta” da fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

6.6.1 A possibilidade de exclusão de lance inexequível por parte do Pregoeiro não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

6.7 Durante a disputa, como medida excepcional, o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, poderá, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema, e consequentemente a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

6.8 Para a formulação dos lances, a licitante deverá observar o intervalo mínimo de R\$ 0,01 (um centavo de real).

## **CAPÍTULO VII - DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

7.1 Aplicam-se à presente licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei n° Complementar n° 123/2006, salvo nas hipóteses previstas no §1° do art. 4° da Lei n° 14.133/2021.

7.2 Somente farão jus aos critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n° 123/2006, as licitantes que se enquadrem nos termos do art. 3° da Lei Complementar n° 123/2006 e do §2° do art. 4° da Lei n° 14.133/2021, devendo declarar tal condição em campo próprio do sistema na oportunidade de cadastramento da proposta.

7.3 Havendo participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte na sessão de lances nos termos do subitem anterior, serão observados os critérios de preferência estabelecidos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n° 123/2006.

7.3.1 Encerrada a fase de lances, caso a melhor oferta não tenha sido formulada por microempresa ou empresa de pequeno porte e haja proposta apresentada por alguma licitante enquadrada na condição de ME/EPP, com valor até 5% (cinco por cento) superior àquela melhor oferta, proceder-se-á da seguinte forma:

7.3.1.1 a microempresa ou empresa de pequeno porte será convocada a apresentar nova oferta que supere aquela considerada melhor classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será declarada vencedora do certame;

7.3.1.2 não sendo vencedora da fase de lances a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na condição de ME/EPP e cujas ofertas estejam dentro do limite fixado no caput deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.3.2 Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, será considerada como vencedora da fase de lances a licitante que, originalmente, tenha apresentado a melhor oferta durante a disputa.

## **CAPÍTULO VIII - DO JULGAMENTO**

8.1 O critério de julgamento adotado será o de menor preço item.

8.2 Encerrada a etapa lances, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei n° 14.133/2021](#), legislação correlata e especificações deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU; (Recomenda-se a juntada deste documento com os documentos de habilitação)

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA

- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e (Recomenda-se a juntada deste documento com os documentos de habilitação)
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>). (Recomenda-se a juntada deste documento com os documentos de habilitação)
- d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)). (Recomenda-se a juntada deste documento com os documentos de habilitação)

8.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante.

8.3.1 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 7.2 e 7.3 deste edital.

8.5 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

## CAPÍTULO IX - DA NEGOCIAÇÃO

9.1 Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

9.1.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

9.1.2 Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação ou em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate definidos no artigo 60, da Lei 14.133/2021 (Artigo 127, §2º do Decreto 3927/2023).

## CAPÍTULO X - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1 O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o edital e devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA**

10.1.1 Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail pmga.licitacao@hotmail.com, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

10.1.2 O prazo para envio da proposta é de, no máximo, 02 (duas) horas a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

10.1.3 O prazo para envio da proposta é de, no máximo, 02 (duas) horas a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro quando o prazo estabelecido não for suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para verificação (~~a depender das circunstâncias~~) ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

10.1.4 O Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de ficha técnica, catálogos, *folders*, prospectos e outros documentos ou materiais de divulgação que contenham informações técnicas e detalhamentos acerca dos produtos e/ou equipamentos ofertados, antes mesmo da apresentação de eventual amostra.

10.1.5 A apresentação dos materiais e documentos a que se referem os subitens não desonera a licitante da obrigação de apresentar amostras que venham a ser solicitadas.

10.1.6 Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

10.1.7 A proposta será desclassificada quando:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

10.1.7.1 O MUNICÍPIO poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante que ela seja demonstrada, conforme disposto na alínea “d” acima.

10.2 O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto aos preços unitários ofertados, que não poderão ser superiores aos valores estimados constantes no Termo de Referência (Anexo I).

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA

10.2.1 O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

10.2.2 Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

10.2.3 Se houver indícios de inexequibilidade relativa da proposta, a Pregoeira deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta, devendo a licitante apresentar Planilha por ela elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta aplicando-se, no que couber, o art. 34 da Instrução Normativa 73/22 da SEGES/ME.

10.2.3.1 A pregoeira PODERÁ fixará índice percentual para exequibilidade entre 30% e 50% de desconto, em relação ao valor orçado, considerando o número de participantes, as margens de descontos e o risco de fracasso do processo.

10.2.3.2 A pregoeira fixará prazo razoável para apresentação de comprovações de exequibilidade, entre 20 minutos e 4 horas.

10.2.3.3. As comprovações de exequibilidade se darão através de apresentação de notas fiscais de compras de mercadorias, emitidas em favor da licitante juntamente com planilha onde se indiquem os tributos incidentes, os custos operacionais, lucro e demais despesas.

10.2.3.3.1 Não serão aceitas notas fiscais emitidas até dentro dos 21 dias que antecedem a abertura do certame.

10.2.3.3.2 Não serão aceitas notas fiscais com mais de um ano de emissão.

10.2.3.4. A pregoeira antes de abrir prazo para apresentação de comprovação de exequibilidade, realizará chamado da licitante via chat, indagando se ela tem interesse na abertura de prazo para apresentação de composição e seu silêncio pelo prazo de 10 minutos, importará em desistência tácita.

10.2.3.5 Os itens que serão objeto de comprovação de exequibilidade, deverão ser destacados nas notas fiscais, **com negrito ou marca texto**, sob pena de desclassificação.

10.2.4 Concluída a negociação se houver resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação;

## CAPÍTULO XI - DA HABILITAÇÃO

**11.1** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**11.2** Para fins de habilitação jurídica, o Pregoeiro verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como “objeto social” no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica e os seguintes requisitos de habilitação;

**11.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

- a. No caso de empresário individual: **inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis**, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- b. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.
- c. Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI**, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br).
- d. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.
- e. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.
- f. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.
- g. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**11.2.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

- a. **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)** ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso.
- b. **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c. **Prova de regularidade com a Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante.
- d. **Prova de regularidade com a Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante.

- e. **Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).**
- f. **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943.
- g. **Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- h. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

### 11.2.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a. Certidão negativa de pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou pelo site do Tribunal de Justiça do Maranhão (<https://jurisconsult.tjma.jus.br/>) referente à matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante, em data não anterior a 90 (noventa) dias da abertura da sessão pública deste pregão.

a.1 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi homologado judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

b) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

b1) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

c) no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

d) comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$ISG = \frac{\textit{Ativo Total}}{\textit{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,00$$

$$ILG = \frac{\textit{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\textit{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,00$$

$$ILC = \frac{\textit{Ativo Circulante}}{\textit{Passivo Circulante}} \geq 1,00$$

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA**

d.1) O **Índice de Solvência Geral (ISG)** expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.

d.2) O **Índice de Liquidez Geral (ILG)** indica quanto a empresa possui em disponibilidades, bens e direitos realizáveis no curso do exercício para liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período.

d.3) O **Índice de Liquidez Corrente (ILC)** indica quanto a empresa possui em recursos disponíveis, bens e direitos realizáveis a curto prazo, para fazer face ao total de suas dívidas de curto prazo.

d.4) Para os três índices (ISG, ILG e ILC), o resultado **“maior ou igual a 1”** é indispensável à comprovação da boa situação financeira, sendo certo que, quanto maior o resultado, melhor será a condição da empresa.

d.5) O atendimento aos índices estabelecidos neste Edital, demonstrará uma situação EQUILIBRADA da licitante. Caso contrário, o desatendimento dos índices, revelará uma situação DEFICITÁRIA da empresa, **colocando em risco a execução do contrato.**

#### 11.2.4. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**11.3.4.1. Atestado e/ou Declaração de Capacidade Técnica**, em nome da MATRIZ ou FILIAL da empresa licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante forneceu ou fornece materiais compatíveis com o objeto desta Licitação. O atestado deverá ser impresso em papel timbrado do eminente, constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função;

**11.3.4.1.1** O Pregoeiro poderá realizar diligências para comprovar a veracidade do(s) atestado(s) apresentado(s), podendo requisitar notas fiscais ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

#### 11.2.5. **DECLARAÇÕES:**

a. A licitante deverá apresentar as declarações exigidas, sob pena de inabilitação.

b. Declaração unificada, conforme modelo contido no Anexo IV.

c. Na ausência da Declaração Unificada elencada no item 11.3.5, considera-se válida as Declarações devidamente preenchidas e dispostas no campo próprio do sistema eletrônico, sendo que a Declaração Unificada poderá novamente ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

**11.3** A apresentação de SICAF não poderá em hipótese alguma exonerar as licitantes de apresentar toda documentação exigida para habilitação neste CAPÍTULO.

**11.4** O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.

11.4.1. Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio,

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA**

em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

11.5.1.1 Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Rua São Francisco, nº 116, Bairro: Centro, GRAÇA ARANHA - MA, CEP: 65.785-000, Pr, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.

11.6 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o **item 11.4.1**, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação para:

- a. a aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- b. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- c. a apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante.
- d. A apresentação de documentos complementares ou substitutivos será realizada nos termos do item 11.7 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

11.7 Caso seja necessário, para fins de confirmação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação ou, ainda, nas hipóteses admitidas no item 11.6, o Pregoeiro, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de “anexos” do sistema.

11.7.1 - Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio pelo sistema, será admitido o envio dos respectivos documentos para o e-mail [pmga.licitacao@hotmail.com](mailto:pmga.licitacao@hotmail.com), devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

11.7.2 - O prazo para envio dos documentos é de, no máximo, 02 (duas) horas a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro quando o prazo estabelecido não for suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para verificação (~~a depender das circunstâncias~~) ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

11.7.3 - Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

11.7.4 - Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.8 Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA**

contratual ou transferência de acervo técnico.

11.8.1 Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

11.8.2 Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

11.9 Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.

11.10 As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

11.10.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

11.10.2 A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.

11.11 O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante quando o intervalo entre a sua data de expedição ou revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

11.11.1 Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

11.12 Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:

- a. identidade dos sócios;
- b. atuação no mesmo ramo de atividades;
- c. data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;
- d. compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos

humanos.

- e. identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;
- f. identidade de telefones, e-mails e demais informações de contato.

11.12.2 Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o Pregoeiro registrará, no “chat”, as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará à licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

11.12.3 Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro, ao estender à licitante os efeitos das sanções que acarretem a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração:

- a. inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;
- b. relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

11.12.4 Os documentos de habilitação serão exigidos apenas do(s) vencedor(es) os quais terão prazo de envio de 02 (duas) horas, podendo este prazo ser prorrogável mediante justificativa aceita e fundamentada.

## **CAPÍTULO XII - DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA**

12.1 Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

12.2 Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

## **CAPÍTULO XIII - DO RECURSO**

13.1 Qualquer licitante poderá, no prazo de até 30 (trinta) minutos do término do julgamento das propostas e após o ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

13.1.1 O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma Informações complementares sobre o credenciamento poderão ser obtidas através do sítio:

<https://www.comprasgracaaranha.com.br/>.

13.1.2 Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do item 13.1 deverá apresentar, em momento único, as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis.

13.1.3 Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais de que trata o item 13.1.2.

13.2 Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

13.2.1 Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

13.3 O Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados a Prefeita para julgamento do recurso, observados os prazos previstos no §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

13.4 O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **CAPÍTULO XIV - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

14.1 O objeto deste Pregão será adjudicado pela Prefeita, quando houver recurso, e pela Prefeita nos demais casos.

14.2 A homologação deste Pregão compete à Autoridade competente.

14.3 O objeto deste Pregão será adjudicado por item à vencedora do certame.

14.4 Antes da homologação da licitação, para os fins de que trata o inciso VII do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, as licitantes que tenham apresentado propostas não recusadas para itens adjudicados à licitante vencedora, serão convocadas, para que, dentro do prazo estipulado e procedimentos operacionais, manifestem seu interesse em aderir ao cadastro de reserva, desde que aceitem ofertar o objeto a preços iguais ao da licitante vencedora.

## **CAPÍTULO XV - DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

15.1 Após homologado o resultado deste Pregão, o MUNICÍPIO convocará a licitante vencedora para assinatura da Ata de Registro de Preços, presencialmente, informando o local, data e hora, ou eletronicamente, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis de sua convocação.

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA**

15.1.1 O prazo de convocação de que trata o item 15.1 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

15.1.2 Será permitida a assinatura eletrônica da Ata, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no item 15.1.

15.1.3 O MUNICÍPIO poderá enviar a Ata para assinatura da licitante, que deverá devolvê-la assinada no prazo previsto no item 15.1.

15.2 A ata registrará apenas os preços e os quantitativos da licitante mais bem classificada durante a fase competitiva, sendo que o registro das demais licitantes será incluído na ata em forma de anexo, observando-se a sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, se houver.

15.2.1 O registro das demais licitantes a que se refere o item 15.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva de que trata o inciso VII do art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e o inciso II do art. 18 do Decreto Federal nº 11.462/2023 no caso de impossibilidade de atendimento pela primeira colocada da ata.

15.2.2 Se houver mais de uma licitante na situação de que trata o item 15.2, serão classificadas segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

15.3 Os registros se farão da seguinte forma:

15.3.1 Na ARP os preços e quantitativos da licitante mais bem classificada durante a etapa competitiva;

15.3.1.1 No anexo da ARP:

15.3.1.2 Os preços e quantitativos das licitantes que aceitaram cotar o objeto desta licitação em valor igual ao da licitante mais bem classificada, estabelecendo inclusive a ordem de classificação.

15.3.1.3 Os preços e quantitativos das licitantes que mantiveram sua proposta original.

15.3.2 Para fins da ordem de classificação, as licitantes de que trata o subitem 15.3.2.1 antecederão aqueles de que trata o subitem 15.3.2.2.

15.3.3 Se houver mais de uma licitante nas situações do subitem 15.3.2, serão registradas segundo a ordem de classificação observada na fase competitiva.

15.4 No caso de a licitante vencedora, após convocada, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das punições previstas neste edital e em seus anexos, serão convocadas as licitantes integrantes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA**

15.4.1 A convocação das licitantes do cadastro de reserva que aceitaram cotar o objeto em valor igual ao da licitante mais bem classificada de que trata o subitem 15.3.2.1 antecederá a convocação das licitantes que mantiveram sua proposta, componentes do cadastro referido no subitem 15.3.2.2.

15.4.2 A convocação das licitantes do cadastro de reserva que mantiveram sua proposta, componentes do cadastro referido no subitem 15.3.2.2, observada a ordem de classificação, será para negociação com vistas à obtenção de preço melhor, ainda que acima do preço do adjudicatário.

15.4.3 Se as negociações com todas as licitantes do cadastro de reserva que mantiveram sua proposta forem frustradas, a Administração poderá, observada a ordem de classificação, contratar nas condições inicialmente ofertadas.

15.5 A Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após a sua disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme previsto no art. 174, §2º, IV, da Lei nº 14.133/2021.

15.5.1 A recusa injustificada de fornecedor beneficiário classificado em assinar a ata ensejará a aplicação das penalidades previstas neste edital e seus anexos.

15.6 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida.

15.7 Nas hipóteses previstas pelos subitens 15.2.1 e 15.4, deverá ser observado o disposto no Capítulo X - Da Aceitabilidade da Proposta, e no Capítulo XI - Da Habilitação.

## **CAPÍTULO XVI - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

16.1 A vigência da Ata de Registro de Preço proveniente deste Pregão será de 1 (um) ano contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou até o término das quantidades registradas.

16.2 Será admitida a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preço por igual período 12 (doze) meses, desde que comprovado que os preços registrados permanecem vantajosos.

16.3 Caso as partes não se interessem pela prorrogação da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do término de sua vigência.

## **CAPÍTULO XVII - DA PARTICIPAÇÃO E ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇO**

17.1 O MUNICÍPIO é o Órgão Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente.

17.2 Não serão admitidas adesões à(s) Ata(s) de Registro de Preços decorrente(s) desta licitação.

## **CAPÍTULO XVIII - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

18.1 A Secretaria de Administração e/ou secretaria contratante do MUNICÍPIO será a unidade responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação, incluindo a aferição e comprovação da continuidade da vantajosidade dos preços registrados, observando-se o disposto no art. 40, no art. 46.

18.2 A convocação do fornecedor beneficiário pelo MUNICÍPIO será formalizada e conterà o endereço e o prazo máximo em que deverá comparecer para retirar a respectiva nota de empenho e atender ao pedido.

18.3 O fornecedor beneficiário convocado na forma do item anterior que não comparecer, não retirar a nota de empenho, não atender ao pedido no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços, estará sujeito às sanções previstas neste edital e seus anexos.

18.4 Quando comprovada a hipótese acima o MUNICÍPIO poderá convocar o próximo fornecedor ao qual será destinado o pedido, obedecida a ordem de classificação do certame, na forma dos itens 15.2 e 15.3 deste edital, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.

## **CAPÍTULO XIX - DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS**

19.1 Durante a vigência da ARP, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas decorrentes das situações previstas nos artigos 25 a 27 do Decreto Federal nº 11.462/2023, e artigo 124 da Lei 14.133/21.

19.2 Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista no item 19.1, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro procedimento licitatório.

19.3 Os preços das contratações decorrentes da Ata poderão ser reajustados após 12 (doze) meses contados da data de celebração do ajuste, observada a variação sendo aplicada a correção medida pelo IPCA ou INPC o que representar maior vantagem ao contratante.

## **CAPÍTULO XX - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR BENEFICIÁRIO**

20.1 O fornecedor beneficiário terá seu registro de preços cancelado na ARP, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

20.1.1 a pedido, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovados;

20.1.2 por iniciativa do MUNICÍPIO, quando:

20.1.2.1 o fornecedor:

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA**

20.1.2.1.1 - não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

20.1.2.1.2 - perder quaisquer das condições de habilitação exigidas no processo licitatório;

20.1.2.1.3 - deixar de cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

20.1.2.1.4 - não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos e as respectivas notas de empenho decorrentes da Ata de Registro de Preços;

20.1.2.1.5 - sofrer sanção que acarrete a impossibilidade de licitar e contratar com o MUNICÍPIO, em especial nas hipóteses previstas nos incisos III ou IV do

20.1.2.2 configuradas razões de interesse público devidamente motivadas e justificadas;

20.1.2.3 caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.

20.1.3 Verificada qualquer uma das hipóteses acima, concluído o respectivo processo e após garantido o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das sanções eventualmente cabíveis, o MUNICÍPIO formalizará o cancelamento do registro correspondente e informará ao fornecedor beneficiário e aos demais a nova ordem de registro.

20.2 A Ata de Registro de Preço, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:

20.2.1 por extinção da totalidade do seu objeto; e

20.2.2 quando não restarem fornecedores registrados.

## **CAPÍTULO XXI - DA NOTA DE EMPENHO**

21.1 Durante a vigência da Ata de Registro de Preços o MUNICÍPIO poderá convocar o fornecedor beneficiário para retirada da nota de empenho, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis de sua convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

21.1.1 O prazo de convocação de que trata o item 21.1 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do fornecedor beneficiário durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

21.1.2 A falta de manifestação no prazo estabelecido acima autoriza o MUNICÍPIO a convocar os fornecedores integrantes do cadastro de reserva constante do anexo da Ata de Registro de Preços, observada a ordem de classificação, para, nos termos do item 15.2.1, assinar a Ata de Registro de Preços e, posteriormente, retirar a Nota de Empenho em iguais condições.

21.2 Por ocasião da emissão da nota de empenho, verificar-se-á se o fornecedor beneficiário mantém

as condições de habilitação.

21.3 A nota de empenho vincula-se aos termos do edital do Pregão Eletrônico N° 004/2026, constante do Processo n° 06.1304.0001/2026, da Ata de Registro de Preços e da proposta vencedora.

21.4 O fornecedor beneficiário obriga-se a fornecer o objeto licitado, nas condições estabelecidas no edital e na Ata de Registro de Preços, independentemente de sua transcrição na nota de empenho, substitutiva do contrato.

21.5 Para a retirada da nota de empenho referida no item 21.1, o fornecedor beneficiário terá que comprovar documentalmente que o faz por meio de seu representante legal, com poderes para tal.

21.5.1 Será permitido o envio da nota de empenho por meio eletrônico (e-mail), desde que o fornecedor beneficiário acuse, por meio eletrônico (e-mail) ou documento oficial e no mesmo prazo estabelecido no item 21.1, o recebimento da mesma.

21.5.1.1 O fornecedor beneficiário deverá informar seu endereço eletrônico (e-mail) para fins do subitem anterior.

21.6 A nota de empenho da despesa terá força de contrato, conforme prevê o art. 95, II, da Lei n° 14.133/2021.

## **CAPÍTULO XXII - DA FORMA DE PAGAMENTO**

22.1 O pagamento será feito por intermédio de depósito em conta bancária do fornecedor beneficiário no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal/fatura discriminada, em 2 (duas) vias, acompanhada da nota de empenho, da ordem de fornecimento, bem como do termo de recebimento definitivo do objeto, emitido previamente pelo gestor, nos termos do inciso II, item 23.4 Capítulo XXIII não sendo, em nenhuma hipótese, permitida a antecipação de pagamentos e o pagamento de fornecimentos não executados ou executados de forma incompleta.

22.2 Caberá ao fornecedor beneficiário apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, com a Previdência Social, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades previstas no Capítulo XXVII.

22.3 As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade do fornecedor beneficiário.

22.4 Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal apresentada ou em caso de descumprimento pelo fornecedor beneficiário de suas obrigações e responsabilidades pertinentes a este edital, o prazo constante do item 22.1 poderá ser suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

22.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o fornecedor beneficiário não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo MUNICÍPIO, entre o término do prazo referido no item 22.1 e a data do efetivo pagamento da nota

fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i / 365$        $I = 6 / 100 / 365$        $I = 0,00016438$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

### **CAPÍTULO XXIII - DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS**

23.1 O prazo de entrega dos materiais solicitados pelo MUNICÍPIO ao fornecedor beneficiário é de no máximo 25 (vinte e cinco) dias corridos, contados da data do recebimento da nota de empenho que deverá estar acompanhada da ordem de fornecimento.

23.2 Os materiais deverão ser entregues na Secretaria contratante, na sede da prefeitura à Rua São Francisco, nº 116, Bairro: Centro, GRAÇA ARANHA - MA, CEP: 65.785-000, em dias úteis, no horário das 8h às 17h.

23.2.1 O(s) produto(s) será(ão) fornecido(s) em embalagens lacradas e sem apresentar sinais de violação, contendo a sua discriminação, número do lote, prazo de validade, nome do fabricante, endereço e registro no órgão competente.

23.2.2 O transporte dos produtos deverá obedecer a critérios sanitários e de segurança de modo a não afetar a sua identidade, qualidade, integridade e, quando for o caso, a sua esterilidade.

23.3 O fornecedor beneficiário fornecerá o(s) produto(s) conforme a(s) marca(s) e especificação(ões) discriminada(s) em sua proposta, acompanhados de nota fiscal contendo os nomes, as marcas, os lotes de fabricação e seus respectivos quantitativos.

23.3.1 Por motivo de força maior e desde que seja do interesse do contratante, o fornecedor beneficiário poderá entregar um item cuja marca seja diferente daquela especificada na proposta. Essa poderá ser aceita pelo MUNICÍPIO após análise técnica.

23.3.2 Só será aceita a entrega de item de outra marca que comprove possuir o Certificado exigido no item 10.1.1.

23.3.3 Sob hipótese nenhuma, a troca de marca implicará em alteração do preço do item.

23.4 Efetivada a entrega, o objeto será recebido:

- I. Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais.
- II. Definitivamente, pelo gestor do contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, mediante termo hábil, após verificação do relatório detalhado

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA**

e da documentação apresentada pelos fiscais do contrato.

23.5 Constatadas irregularidades no material entregue, o MUNICÍPIO poderá:

- I. se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, manifestando-se o gestor motivadamente sobre o assunto, cabendo ao fornecedor beneficiário providenciar a substituição em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito;
- II. se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, devendo o fornecedor beneficiário fazê-lo em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

23.6 Ao MUNICÍPIO não caberá qualquer ônus pela rejeição de materiais considerados inadequados pelo gestor.

23.7 Independentemente da aceitação, o fornecedor beneficiário garantirá a qualidade do produto fornecido pelo prazo estabelecido na respectiva garantia, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da notificação do gestor.

## **CAPÍTULO XXIV - DA FISCALIZAÇÃO**

24.1 Caberá aos gestores designados pela autoridade competente do Município promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento dos ajustes decorrentes da Ata de Registro de Preços.

24.2 O fornecedor beneficiário deverá indicar preposto, durante o período de vigência, para representá-lo sempre que for necessário.

## **CAPÍTULO XXV - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

25.1 É vedado efetuar acréscimos ou supressões nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

25.2 As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão ser alteradas nas hipóteses e condições estabelecidas no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

## **CAPÍTULO XXVI - DA RESCISÃO**

26.1 A inexecução total ou parcial de eventual ajuste que venha a ser firmado em razão da Ata de Registro de Preços poderá ensejar a rescisão do ajuste e o cancelamento do registro de preços do fornecedor beneficiário responsável pela inexecução, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

26.2 A extinção do ajuste poderá ser:



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA**

- I. determinada por ato unilateral e escrito do MUNICÍPIO, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II. consensual, por acordo entre as partes; ou
- III. determinada por decisão judicial.

26.3 A rescisão administrativa ou a consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do MUNICÍPIO.

26.4 Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

### **CAPÍTULO XXVII - DAS PENALIDADES**

27.1 A recusa injustificada da adjudicatária e/ou do fornecedor beneficiário em assinar a Ata de Registro de Preços ou retirar a respectiva nota de empenho no prazo estabelecido nos itens 15.1 e 21.1 caracterizará o descumprimento total do compromisso assumido e o(a) sujeitará à multa de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor total, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei e no instrumento convocatório.

27.2 Os fornecedores do cadastro de reserva que, na hipótese de aceitarem as convocações previstas neste edital e, posteriormente, recusarem-se a assinar a Ata de Registro de Preços ou retirar a nota de empenho, ficarão também sujeitos às sanções referidas no item 27.1.

27.3 Caso a licitante e/ou o fornecedor beneficiário, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório, ficará sujeito(a) às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

27.3.1 Em conjunto com as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, a autoridade competente poderá:

27.3.1.1 aplicar multa punitiva entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor total da nota de empenho; e

27.3.1.2 determinar a rescisão unilateral do ajuste.

27.4 O atraso injustificado na execução do ajuste sujeitará o fornecedor beneficiário à multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

27.4.1 5% (cinco por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

27.4.2 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

27.4.3 0,25% (vinte e cinco centésimos porcentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA**

(décimo sexto) até o 30º (trigésimo);

27.4.4 Findo o prazo do subitem 27.4.3 será aplicada, de forma cumulada, multa punitiva nos limites fixados no subitem 27.3.1.1.

27.5 Ocorrendo alguma das hipóteses previstas nos itens 27.3 a 27.4 deste edital, a nota de empenho e a própria Ata de Registro de Preços poderão, a qualquer tempo, ser canceladas, sem prejuízo das demais sanções.

27.6 A multa, aplicada após regular processo administrativo e garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pelo fornecedor beneficiário ou, em último caso, cobrada judicialmente.

27.7 Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

27.8 Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

### **CAPÍTULO XXVIII - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

28.1 Até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico [pmga.licitacao@hotmail.com](mailto:pmga.licitacao@hotmail.com).

28.2 Compete ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação.

28.2.1 A impugnação não enseja efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

28.3 Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

28.4 Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao Pregoeiro até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico [pmga.licitacao@hotmail.com](mailto:pmga.licitacao@hotmail.com).

28.4.1 O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, prestará os esclarecimentos solicitados em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

28.5 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no Sistema Eletrônico Compras.gov.br e no Portal da Transparência do MUNICÍPIO para os interessados.

## **CAPÍTULO XXIX - DO REGIME DE EXECUÇÃO**

29.1 O fornecedor beneficiário deverá fornecer o objeto a ele adjudicado, nas quantidades solicitadas pelo MUNICÍPIO, no prazo máximo de 15 (Quinze) dias corridos, após o recebimento da nota de empenho, que deverá estar acompanhada da ordem de fornecimento.

29.2 As ordens de fornecimento indicarão detalhadamente: local de entrega, prazo, órgão requisitante, especificações, quantidades, e todas as informações que se fizerem pertinentes.

29.3 Caberá ao fornecedor beneficiário o recolhimento de materiais por ele fornecidos e considerados inadequados pelo gestor.

29.4 A comunicação entre o MUNICÍPIO e o fornecedor beneficiário se dará pelos e-mail [pmga.licitacao@hotmail.com](mailto:pmga.licitacao@hotmail.com).

## **CAPÍTULO XXX - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR BENEFICIÁRIO**

30.1 São obrigações do fornecedor beneficiário, além de outras previstas neste edital ou decorrentes da natureza do ajuste:

- a. manter durante a execução deste ajuste as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;
- b. apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;
- c. efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste ajuste;
- d. responsabilizar-se por todo o ônus relativo ao fornecimento, inclusive fretes e seguros desde a origem até sua entrega no local de destino.

30.2 O fornecedor beneficiário responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados, ou prepostos, decorrentes da execução do ajuste.

30.3 O fornecedor beneficiário não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações do ajuste decorrente da Ata de Registro de Preços a terceiros.

30.4 Não poderá o fornecedor beneficiário veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente ajuste, salvo autorização específica do MUNICÍPIO.

30.5 Aplicam-se ao ajuste decorrente da Ata de Registro de Preços as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

## **CAPÍTULO XXXI - DO TRATAMENTO E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

31.1 O Município e o fornecedor beneficiário se obrigam a observar fielmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) e a proteger os direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e de livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais a que tiverem acesso em razão da execução do presente ajuste.

31.2 O fornecedor beneficiário declara que tem ciência dos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e, nas situações em que houver o compartilhamento de dados pessoais pelo MUNICÍPIO, compromete-se a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação.

31.3 É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal compartilhado em decorrência da execução deste ajuste para finalidade distinta daquela do objeto da presente contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

31.4 As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações - em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis - compartilhados em decorrência da execução deste ajuste, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o compartilhamento das informações a outras empresas ou pessoas, salvo o decorrente de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do presente ajuste.

31.5 O fornecedor beneficiário fica obrigado a comunicar ao MUNICÍPIO em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

31.6 Descumprimentos havidos em razão do uso inadequado ou ilícito em relação aos dados pessoais serão apurados conforme estabelecido neste ajuste e nos termos do que dispõem a Seção III, Capítulo VI e o art. 52 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

## **CAPÍTULO XXXII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

32.1 O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

32.2 Integram este edital os seguintes anexos: Anexo I - Termo de Referência; Anexo II - Minuta da Ata de Registro de Preços; e Anexo III - modelo de apresentação de proposta; ANEXO IV - Declaração Unificada.

32.3 Os atos normativos do Município referenciados neste edital podem ser consultados no sítio eletrônico <http://transparencia.gracaaranha.ma.gov.br>

32.4 É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer, sanar ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA**

32.5 No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

32.6 As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do Pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

32.7 A aplicação dos normativos expedidos pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia limitar-se-á aos aspectos operacionais inerentes à parametrização do Sistema Eletrônico Compras.gov.br, prevalecendo os normativos regulamentares do Município no tocante à disciplina da fase preparatória da contratação, da atuação do Pregoeiro, prazos e procedimentos atinentes ao envio de documentação pelas licitantes, diligências e saneamento de falhas, aplicação de sanções e procedimentos posteriores à homologação do certame.

32.8 Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

### **CAPÍTULO XXXIII - DO FORO**

33.1 Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão que não possa ser resolvida administrativamente, fica definido o foro de GRAÇA ARANHA – MA, com exclusão de qualquer outro.

**GRAÇA ARANHA - MA, 28 de abril de 2026.**

---

Assessor de Licitações e Contratos

ANEXO I

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
BENS COMUNS, LEI 14.133/2021.

**1. DO OBJETO**

- 1.1. O presente Termo de Referência visa Contratação de empresa para a prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva de veículos automotivos e fornecimento de peças, pneumáticos e baterias, conforme tabela, condições e exigências estabelecidas neste instrumento
- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. A licitação será processada através de Pregão Eletrônico, por meio de registro de preços. A justificativa para o uso do Registro de Preços (RP) se dá em busca por maior eficiência, agilidade, economia e flexibilidade na gestão de compras públicas, especialmente quando há demanda incerta em quantidade ou oportunidade, pois permite a celebração de contratos para aquisição futura de bens e serviços. O sistema oferece vantagens como a racionalização de custos processuais, a ampliação do poder de barganha devido ao maior volume licitado e a redução da burocracia para aquisições pontuais.
- 1.3.1 A ata de registro de preços terá validade não inferior à 01 (um) ano, e poderá ser renovada por igual período. Juntamente com a renovação de prazo, poderá ser renovado o saldo registrado em sua totalidade.

**2. ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DE CONSUMO**

- 2.3. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.940.643,22 (um milhão, novecentos e quarenta mil, seiscentos e quarenta e três reais e vinte e dois centavos) conforme custos unitários descritos na tabela abaixo.

LOTE 01 - 02 VEÍCULO FIAT UNO ECONOMY 2019/2020 - SAUDE					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	PREÇO	TOTAL
1	AMORTECEDOR DIANTEIRO	UND	8	R\$ 423,33	R\$ 3.386,64
2	AMORTECEDOR TRASEIRO	UND	8	R\$ 353,33	R\$ 2.826,64
3	PIVO	UND	30	R\$ 85,00	R\$ 2.550,00
4	TERMINAL DIREÇÃO	UND	20	R\$ 98,33	R\$ 1.966,60
5	BIELETA	UND	20	R\$ 85,00	R\$ 1.700,00
6	PASTILHA DE FREIO	UND	10	R\$ 123,33	R\$ 1.233,30
7	DISCO DE FREIO	UND	20	R\$ 161,67	R\$ 3.233,40
8	TAMBOR DE FREIO	UND	20	R\$ 196,67	R\$ 3.933,40
9	BUCHA DO ESTABILIZADOR	UND	20	R\$ 38,33	R\$ 766,60
10	COXIM DO CAMBIO	UND	10	R\$ 166,67	R\$ 1.666,70
11	COXIM DO MOTOR	UND	10	R\$ 181,67	R\$ 1.816,70
12	CUBO DE RODA	UND	8	R\$ 188,33	R\$ 1.506,64
13	ROLAMENTO	UND	10	R\$ 136,67	R\$ 1.366,70
14	CORREIA DO ALTERNADOR	UND	4	R\$ 75,00	R\$ 300,00

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA

15	BOMBA D'ÁGUA	UND	8	R\$ 131,67	R\$ 1.053,36
16	CILINDRO DE RODA	UND	10	R\$ 115,00	R\$ 1.150,00
17	FILTRO DE OLEO	UND	30	R\$ 56,67	R\$ 1.700,10
18	OLEO 5W-30 SELENIA	UND	30	R\$ 83,00	R\$ 2.490,00
19	BATERIA 60 AMPERES	UND	2	R\$ 295,67	R\$ 591,34
20	VELA	UND	24	R\$ 178,57	R\$ 4.285,68
21	CABO DE VELA	UND	6	R\$ 79,45	R\$ 476,70
22	LAMPADA H4	UND	40	R\$ 59,17	R\$ 2.366,80
23	BOBINA DE IGNIÇÃO	UND	5	R\$ 208,60	R\$ 1.043,00
24	SONDA LAMBDA	UND	4	R\$ 348,33	R\$ 1.393,32
25	BOMBA DE COMBUSTIVEL	UND	8	R\$ 285,00	R\$ 2.280,00
26	MOTOR DE PARTIDA	UND	4	R\$ 1.031,67	R\$ 4.126,68
27	SUPORTE ESCOVA	UND	10	R\$ 81,63	R\$ 816,30
28	REGULADOR DE VOLTAGEM	UND	5	R\$ 276,67	R\$ 1.383,35
29	SENSOR DE OLEO	UND	6	R\$ 71,22	R\$ 427,32
30	SENSOR DE FREIO	UND	5	R\$ 126,33	R\$ 631,65
31	JUNTA DO CABOCOTE	UND	15	R\$ 146,67	R\$ 2.200,05
32	JUNTA DA TAMPA DE VALVULA	JOGO	20	R\$ 57,33	R\$ 1.146,60
33	VALVULA DE ESCAPE	UND	16	R\$ 186,83	R\$ 2.989,28
34	VALVULA DE ADMISSAO	UND	16	R\$ 156,67	R\$ 2.506,72
35	BRONZE DE BIELA	UND	4	R\$ 211,67	R\$ 846,68
36	BRONZE DE MANCAL	UND	4	R\$ 226,67	R\$ 906,68
37	RETENTOR DE VALVULA	JOGO	5	R\$ 90,00	R\$ 450,00
38	ANEL DE SEGMENTO	UND	4	R\$ 323,33	R\$ 1.293,32
39	RADIADOR	UND	5	R\$ 480,00	R\$ 2.400,00
40	FILTRO DE AR	UND	10	R\$ 54,97	R\$ 549,70
41	FILTRO DE CABINE	UND	10	R\$ 44,67	R\$ 446,70
42	FILTRO DE COMBUSTIVEL	UND	10	R\$ 53,00	R\$ 530,00
43	TENSOR DA CORREIA	UND	4	R\$ 197,00	R\$ 788,00
44	RESEVATORIO DE AGUA	UND	3	R\$ 109,67	R\$ 329,01
45	JUNTA HOMOCINETICA	UND	4	R\$ 256,67	R\$ 1.026,68
46	BUZINA	UND	4	R\$ 70,00	R\$ 280,00
47	FAROL LD/LE	UND	2	R\$ 476,67	R\$ 953,34
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 74.111,68</b>

**LOTE 02- PEÇAS/FIAT STRADA 2019/2020 - SAUDE**

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UND	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
1	PASTILHA DE FREIO DIANT.	UND	10	R\$ 178,33	R\$ 1.783,30
2	SAPATA DE FREIO	UND	5	R\$ 205,00	R\$ 1.025,00

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA

3	TERMINAL DE DIREÇÃO (LD)	UND	25	R\$ 108,33	R\$ 2.708,25
4	TERMINAL DE DIREÇÃO (LE)	UND	25	R\$ 108,33	R\$ 2.708,25
5	ARTICULAÇÃO (ROSCA GROSSA)	UND	30	R\$ 111,83	R\$ 3.354,90
6	BIELETA (LD)	UND	30	R\$ 73,78	R\$ 2.213,40
7	BIELETA (LE)	UND	30	R\$ 73,78	R\$ 2.213,40
8	BUCHA DA BALANCA (LD) 9C/ESTABILIZADOR)	UND	40	R\$ 82,09	R\$ 3.283,60
9	BUCHA DA BALANCA (LE) (C/ESTABILIZADOR)	UND	40	R\$ 86,99	R\$ 3.479,60
10	BUCHA DA BALANCA DIANT.	UND	40	R\$ 56,33	R\$ 2.253,20
11	BUCHA DO ESTABILIZADOR (EXT)	UND	40	R\$ 53,00	R\$ 2.120,00
12	AMORTECEDOR DIANT.	UND	4	R\$ 488,33	R\$ 1.953,32
13	AMORTECEDOR TRAS.	UND	4	R\$ 415,00	R\$ 1.660,00
14	ROL.DA RODA DIANT C/ABS	UND	5	R\$ 233,66	R\$ 1.168,30
15	CUBO DE RODA TRAS.	UND	5	R\$ 338,33	R\$ 1.691,65
16	CUBO DE RODA DIANT.	UND	5	R\$ 218,33	R\$ 1.091,65
17	TAMBOR DE FREIO	UND	10	R\$ 236,67	R\$ 2.366,70
18	BATEDOR DA MOLA TRAS.	UND	20	R\$ 152,33	R\$ 3.046,60
19	BATEDOR DO AMORT.DIANT.	UND	20	R\$ 76,67	R\$ 1.533,40
20	BOMBA DAGUA	UND	3	R\$ 183,33	R\$ 549,99
21	COXIM DO MOTOR	UND	10	R\$ 283,30	R\$ 2.833,00
22	COXIM DO AMORT.DIANT	UND	10	R\$ 171,67	R\$ 1.716,70
23	CORREIA DENTADA	UND	3	R\$ 147,67	R\$ 443,01
24	CORREIA DO ALTERNADOR	UND	3	R\$ 85,00	R\$ 255,00
25	JUNTA DESLIZANTE	UND	5	R\$ 276,67	R\$ 1.383,35
26	JUNTA DO CABECOTE	UND	3	R\$ 155,00	R\$ 465,00
27	JUNTA HOMOCINETICA	UND	5	R\$ 308,33	R\$ 1.541,65
28	COXIM DO CAMBIO INFERIOR	UND	10	R\$ 228,33	R\$ 2.283,30
29	OLEO SINTETICO 5W-30 1L	UND	30	R\$ 46,67	R\$ 1.400,10
30	FILTRO DE OLEO	UND	30	R\$ 34,67	R\$ 1.040,10
31	FILTRO DE COMBUSTIVEL	UND	30	R\$ 46,33	R\$ 1.389,90
32	FILTRO DE AR	UND	30	R\$ 63,33	R\$ 1.899,90
33	FILTRO DE CABINE	UND	30	R\$ 42,87	R\$ 1.286,10
34	RESERVATORIO DE AGUA	UND	2	R\$ 105,10	R\$ 210,20
35	SENSOR DA CORREIA DO ALTERNADOR	UND	3	R\$ 230,33	R\$ 690,99
36	SENSOR CORREIA DENTADA	UND	3	R\$ 205,00	R\$ 615,00
37	SONDA LAMBADA	UND	2	R\$ 340,00	R\$ 680,00
38	BUZINA	UND	2	R\$ 91,67	R\$ 183,34
39	BATERIA 60 AMPERES	UND	3	R\$ 480,00	R\$ 1.440,00

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA

40	BOBINA DE IGNICAO	UND	2	R\$ 268,33	R\$ 536,66
41	LAMPADA H4 12V 60/55W	UND	30	R\$ 29,33	R\$ 879,90
42	BOMBA DO HIDRAULICO	UND	2	R\$ 611,67	R\$ 1.223,34
43	BOMBA DE COMBUSTIVEL	UND	2	R\$ 368,33	R\$ 736,66
44	PNEU ARO 14 175/70 R14	UND	16	R\$ 478,17	R\$ 7.650,72
45	BRONZE DE BIELA	UND	16	R\$ 195,14	R\$ 3.122,24
46	BRONZE DE MANCAL	UND	16	R\$ 193,74	R\$ 3.099,84
47	RADIADOR	UND	2	R\$ 551,91	R\$ 1.103,82
48	VELA DE IGNIÇÃO	UND	16	R\$ 41,22	R\$ 659,52
49	CABO DE VELA	UND	2	R\$ 141,58	R\$ 283,16
50	MOLA ASPIRAL DIANT.	UND	4	R\$ 272,14	R\$ 1.088,56
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 84.345,57</b>

**LOTE 03 - HILUX 2010 - SAUDE**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VAL. UNIT.	VALOR TOTAL
1	AMORTECEDOR DIANTEIRO	UND	4	R\$ 515,78	R\$ 2.063,12
2	AMORTECEDOR TRASEIRO	UND	4	R\$ 436,15	R\$ 1.744,60
3	ARTICULAÇÃO	UND	10	R\$ 163,51	R\$ 1.635,10
4	BUCHAS DA BANDEJA INFERIOR (GRD)	UND	10	R\$ 138,33	R\$ 1.383,30
5	BUCHAS DA BANDEJA INFERIOR (PQN)	UND	10	R\$ 122,67	R\$ 1.226,70
6	BUCHAS DO AMORTECEDOR DIANTEIRO (INF)	UND	10	R\$ 71,20	R\$ 712,00
7	BOMBA DE OLEO	UND	2	R\$ 838,33	R\$ 1.676,66
8	COIFA DA CAIXA DE DIRECAO (GRD)	UND	10	R\$ 87,05	R\$ 870,50
9	COIFA DA CAIXA DE DIRECAO (PQN)	UND	10	R\$ 79,45	R\$ 794,50
10	COIFA DA JUNTA HOMOCINETICA/CAMBIO	UND	10	R\$ 108,33	R\$ 1.083,30
11	CABO DO ACELERADOR	UND	10	R\$ 166,67	R\$ 1.666,70
12	ROLAMENTO DE CENTRO	UND	10	R\$ 415,85	R\$ 4.158,50
13	CORREIA DENTADA	UND	4	R\$ 178,32	R\$ 713,28
14	CORREIA DO ALTERNADOR	UND	5	R\$ 138,54	R\$ 692,70
15	CILINDRO MESTRE DE EMBREAGEM	UND	4	R\$ 442,18	R\$ 1.768,72
16	ROLAMENTO DO ALTERNADOR (ESTRIADA)	UND	5	R\$ 422,12	R\$ 2.110,60
17	ROLAMENTO DO ALTERNADOR (LISA)	UND	5	R\$ 126,08	R\$ 630,40
18	SUP.ESCOVA.DO MOTOR DE PARTIDA	UND	4	R\$ 74,14	R\$ 296,56
19	PARAFUSO DA RODA.DIANT.TRASEIRO	UND	10	R\$ 18,83	R\$ 188,30

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA

20	PORCA DA RODA (CROMADA)	UND	10	R\$ 26,74	R\$ 267,40
21	PIVO SUPERIOR	UND	10	R\$ 165,14	R\$ 1.651,40
22	PIVO INFERIOR	UND	10	R\$ 172,15	R\$ 1.721,50
23	RELE AUXILIXAR C/SUP	UND	10	R\$ 53,40	R\$ 534,00
24	KIT DE EMBREAGEM	UND	5	R\$ 2.645,21	R\$ 13.226,05
25	RADIADOR	UND	2	R\$ 1.611,12	R\$ 3.222,24
26	REGULADOR DE VOLTAGEM	UND	2	R\$ 364,07	R\$ 728,14
27	RELE DO PISCA	UND	10	R\$ 41,76	R\$ 417,60
28	RESERVATORIO DE OLEO	UND	2	R\$ 501,44	R\$ 1.002,88
29	RETENTOR DO VOLANTE	UND	12	R\$ 188,80	R\$ 2.265,60
30	COXIM DO AMORTECEDOR	UND	10	R\$ 306,52	R\$ 3.065,20
31	SENSOR DA CORREIA DO ALTERNADOR	UND	5	R\$ 246,67	R\$ 1.233,35
32	SENSOR DA CORREIA DENTADA	UND	5	R\$ 291,82	R\$ 1.459,10
33	SENSOR DE OLEO	UND	6	R\$ 177,85	R\$ 1.067,10
34	SONDA LAMBDA	UND	2	R\$ 645,21	R\$ 1.290,42
35	SENSOR DE VELOCIDADE	UND	10	R\$ 237,67	R\$ 2.376,70
36	SAPATA DE FREIO	UND	10	R\$ 353,28	R\$ 3.532,80
37	TERMINAL DE DIREÇÃO	UND	10	R\$ 135,16	R\$ 1.351,60
38	TAMBOR DE FREIO	UND	10	R\$ 421,74	R\$ 4.217,40
39	CRUZETA ASPIRADA	UND	10	R\$ 314,03	R\$ 3.140,30
40	TRIZETA	UND	10	R\$ 364,95	R\$ 3.649,50
41	VOLANTE DO MOTOR	UND	2	R\$ 1.153,37	R\$ 2.306,74
42	CUBO DE RODA DIANTEIRO	UND	5	R\$ 746,67	R\$ 3.733,35
43	CUBO DE RODA TRASEIRO	UND	5	R\$ 915,08	R\$ 4.575,40
44	JUNTA DE CABECOTE	UND	5	R\$ 348,38	R\$ 1.741,90
45	COXIM DO MOTOR	UND	10	R\$ 308,61	R\$ 3.086,10
46	COIFA DA CAIXA DE DIREÇÃO	UND	10	R\$ 469,88	R\$ 4.698,80
47	DISCO DE FREIO	UND	10	R\$ 433,33	R\$ 4.333,30
48	EMBREAGEM VISCOSA	UND	2	R\$ 550,23	R\$ 1.100,46
49	FILTRO DE AR	UND	10	R\$ 113,60	R\$ 1.136,00
50	FILTRO DE COMBUSTIVEL	UND	10	R\$ 75,27	R\$ 752,70
51	FILTRO DE OLEO	UND	10	R\$ 121,67	R\$ 1.216,70
52	FAROL DE MILHA	UND	6	R\$ 401,67	R\$ 2.410,02
53	SENSOR DE OLEO	UND	5	R\$ 181,85	R\$ 909,25
54	SENSOR DE FREIO C/ABS	UND	5	R\$ 360,30	R\$ 1.801,50
55	SENSOR DE RE	UND	5	R\$ 204,61	R\$ 1.023,05
56	LAMPADA 2 POLOS 12V	UND	10	R\$ 47,97	R\$ 479,70
57	LAMPADA H7 12V 55W	UND	10	R\$ 63,70	R\$ 637,00

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA

58	LAMPADA PINO DAGUA 12V	UND	10	R\$ 7,51	R\$ 75,10
59	PARABRISA DIANTEIRO	UND	2	R\$ 1.130,74	R\$ 2.261,48
60	MACACO HIDRAULICO	UND	2	R\$ 645,11	R\$ 1.290,22
61	PALHETA DO PARABRISA	UND	10	R\$ 96,33	R\$ 963,30
62	PASTILHA DE FREIO DIANT.	UND	10	R\$ 305,00	R\$ 3.050,00
63	VIDRO TRASEIRO	UND	2	R\$ 500,37	R\$ 1.000,74
64	BIELETA (LD)	UND	10	R\$ 96,77	R\$ 967,70
65	BIELETA (LE)	UND	10	R\$ 94,77	R\$ 947,70
66	OLEO SINTETICO 5W-30 1L	UND	32	R\$ 57,37	R\$ 1.835,84
67	BATERIA 90 AMPERES CX ALTA	UND	2	R\$ 1.099,91	R\$ 2.199,82
68	PNEU ARO 16 265/70 R16	UND	10	R\$ 1.153,40	R\$ 11.534,00
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 138.903,69</b>

**LOTE 04 - VEÍCULO JEEP RENEGADE 2021 - ASSISTENCIA SOCIAL**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	PREÇO	TOTAL
1	PASTILHA DE FREIO.DIANT	UND	3	R\$ 316,66	R\$ 949,98
2	PASTILHA DE FREIO.TRAS	UND	3	R\$ 370,40	R\$ 1.111,20
3	PIVO	UND	4	R\$ 140,16	R\$ 560,64
4	TERMINAL DE DIRECAO LD	UND	2	R\$ 144,47	R\$ 288,94
5	TERMINAL DE DIRECAO LE	UND	2	R\$ 141,91	R\$ 283,82
6	ARTICULACAO	UND	4	R\$ 146,64	R\$ 586,56
7	BIELETA DIANT.(GRANDE)	UND	5	R\$ 135,13	R\$ 675,65
8	BUCHA DA BALANCA.(DIANT PD)	UND	3	R\$ 90,00	R\$ 270,00
9	BUCHA DA BALANCA.(DIANT PT)	UND	3	R\$ 101,57	R\$ 304,71
10	BUCHA DO ESTABILIZADOR	UND	6	R\$ 80,70	R\$ 484,20
11	AMORT.DIANT (LE)	UND	4	R\$ 540,60	R\$ 2.162,40
12	AMORT.DIANT (LD)	UND	4	R\$ 563,34	R\$ 2.253,36
13	AMORT.TRAS (LD)	UND	2	R\$ 753,27	R\$ 1.506,54
14	AMORT.TRAS (LE)	UND	2	R\$ 701,74	R\$ 1.403,48
15	CUBO DE RODA DIANT.C/ROL	UND	4	R\$ 826,70	R\$ 3.306,80
16	TAMBOR DE FREIO	UND	4	R\$ 419,48	R\$ 1.677,92
17	BATEDOR DO AMORT.DIANT	UND	3	R\$ 206,90	R\$ 620,70
18	BOMBA DAGUA	UND	2	R\$ 550,34	R\$ 1.100,68
19	COXIM DO AMORT.DIANT	UND	4	R\$ 253,84	R\$ 1.015,36
20	CORREIA DO ALTERNADOR	UND	3	R\$ 221,97	R\$ 665,91
21	JUNTA HOMOCINETICA	UND	2	R\$ 410,00	R\$ 820,00
22	COXIM DO CAMBIO INFERIOR	UND	3	R\$ 411,87	R\$ 1.235,61
23	FILTRO DE OLEO	UND	10	R\$ 78,70	R\$ 787,00
24	FILTRO DE AR	UND	10	R\$ 78,30	R\$ 783,00

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA

25	FILTRO DE CABINE	UND	10	R\$ 104,17	R\$ 1.041,70
26	FILTRO DE COMBUSTIVEL	UND	10	R\$ 200,50	R\$ 2.005,00
27	RADIADOR	UND	2	R\$ 887,78	R\$ 1.775,56
28	RESERVATORIO DE AGUA	UND	2	R\$ 298,33	R\$ 596,66
29	TENSOR CORREIA DO ALTERNADOR	UND	3	R\$ 789,64	R\$ 2.368,92
30	SONDA LAMBDA	UND	2	R\$ 876,40	R\$ 1.752,80
31	BUZINA PAQUERINHA 12V	UND	2	R\$ 502,37	R\$ 1.004,74
32	BATERIA STAR TOP 72 AMPERES	UND	3	R\$ 1.352,40	R\$ 4.057,20
33	VELA DE IGNICAO	UND	8	R\$ 175,07	R\$ 1.400,56
34	BOBINA DE IGNICAO	UND	2	R\$ 451,10	R\$ 902,20
35	LAMPADA 1 POLO 12V	UND	10	R\$ 19,78	R\$ 197,80
36	LAMPADA H4 12V 60/55W	UND	10	R\$ 30,50	R\$ 305,00
37	BOMBA DE COMB.FLEX (REFIL)	UND	2	R\$ 440,61	R\$ 881,22
38	OLEO 5W-30 1L	UND	60	R\$ 75,37	R\$ 4.522,20
39	PNEU 225/70 R16	UND	16	R\$ 1.023,80	R\$ 16.380,80
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 64.046,82</b>

LOTE 05 - VEÍCULO FIAT DUCATO 2020 - ADMINISTRAÇÃO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	PREÇO	TOTAL
1	ROLAMENTO DE RODA TRASEIRO	UND	10	R\$ 333,37	R\$ 3.333,70
2	ROLAMENTO DE RODA DIANTEIRO	UND	10	R\$ 410,07	R\$ 4.100,70
3	RADIADOR	UND	2	R\$ 1.198,43	R\$ 2.396,86
4	ROLAMENTO DO AMORTECEDOR	UND	2	R\$ 206,80	R\$ 413,60
5	KIT DE EMBREAGEM	KIT	2	R\$ 3.100,86	R\$ 6.201,72
6	MOTOR DE PARTIDA	UND	2	R\$ 2.050,72	R\$ 4.101,44
7	TERMINAIS DE DIRECAO	Und	10	R\$ 175,21	R\$ 1.752,10
8	BOMBA DE DIRECAO HIDRAULICA	UND	1	R\$ 1.220,43	R\$ 1.220,43
9	AMORTECEDOR DIANTEIRO	Und	4	R\$ 829,30	R\$ 3.317,20
10	ATUADOR DE EMBREAGEM	UND	2	R\$ 830,59	R\$ 1.661,18
11	AMORTECEDOR TRASEIRO	UND	4	R\$ 543,33	R\$ 2.173,32
12	PALHETA DO LIMPADOR	Und	4	R\$ 145,86	R\$ 583,44
13	OLEO DO MOTOR 15W-40 1L	Und	110	R\$ 47,53	R\$ 5.228,30
14	VENTILADOR MAGNETICO	Und	1	R\$ 823,85	R\$ 823,85
15	ALTERNADOR 12 V	UND	2	R\$ 1.656,66	R\$ 3.313,32
16	BICO INJETOR	UND	4	R\$ 1.507,89	R\$ 6.031,56
17	CATALIZADOR	UND	1	R\$ 2.899,92	R\$ 2.899,92
18	KIT TENSORES	KIT	2	R\$ 1.373,70	R\$ 2.747,40
19	OLEO DIFERENCIAL 90 GL5 20 LT	UND	8	R\$ 483,04	R\$ 3.864,32

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA

20	COMPRESSOR DE AR CONDICIONADO	UND	1	R\$ 1.710,38	R\$ 1.710,38
21	NUCLEO EVAPORADOR	UND	1	R\$ 1.133,26	R\$ 1.133,26
22	PNEU 225/75 R16	UND	8	R\$ 1.201,70	R\$ 9.613,60
23	KIT DE FILTROS	KIT	6	R\$ 498,44	R\$ 2.990,64
24	BATENTE DE BORRACHA	UND	6	R\$ 307,17	R\$ 1.843,02
25	CORREA DO ALTERNADOR	UND	6	R\$ 336,64	R\$ 2.019,84
26	PIVO (GROSSO)	UND	10	R\$ 137,84	R\$ 1.378,40
27	BIELETA	UND	15	R\$ 132,77	R\$ 1.991,55
28	BUCHA DA ESTABILIZADOR	UND	30	R\$ 166,66	R\$ 4.999,80
29	DISCO DE FREIO DIANTEIRO	UND	10	R\$ 546,15	R\$ 5.461,50
30	DISCO DE FREIO TRASEIRO	UND	10	R\$ 470,43	R\$ 4.704,30
31	TAMBOR DE FREIO	UND	10	R\$ 411,19	R\$ 4.111,90
32	PASTILHA DE FREIO DIANT.	UND	20	R\$ 258,66	R\$ 5.173,20
33	PASTILHA DE FREIO TRAS.	UND	20	R\$ 330,32	R\$ 6.606,40
34	CILINDRO MESTRE DE FREIO	UND	5	R\$ 1.058,88	R\$ 5.294,40
35	CORREIA DO ALTERNADOR	UND	8	R\$ 120,96	R\$ 967,68
36	TENSOR CORREIA DO ALTERNADOR	UND	5	R\$ 355,33	R\$ 1.776,65
37	FILTRO DE COMBUSTIVEL	UND	50	R\$ 131,99	R\$ 6.599,50
38	FILTRO DE OLEO	UND	50	R\$ 235,14	R\$ 11.757,00
39	FILTRO DE AR	UND	50	R\$ 135,33	R\$ 6.766,50
40	BATERIA 100 AMPERES CX BAIXA	UND	2	R\$ 829,70	R\$ 1.659,40
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 144.723,28</b>

**LOTE 06 - VEÍCULO RENAULT MASTER I 2019 - SAÚDE**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	PREÇO	TOTAL
1	ROLAMENTO DA RODA DIANT.	UND	5	448,66	R\$ 2.243,30
2	CUBO DE RODA TRASEIRO	UND	4	337,33	R\$ 1.349,32
3	RADIADOR	UND	2	1.744,00	R\$ 3.488,00
4	TERMINAL DE DIREÇÃO (LD)	UND	20	199,98	R\$ 3.999,60
5	TERMINAL DE DIREÇÃO (LE)	UND	20	199,98	R\$ 3.999,60
6	AMORTECEDOR DIANT.	UND	8	802,32	R\$ 6.418,56
7	OLEO SINTETICO 5W-30 1L	UND	70	100,23	R\$ 7.016,10
8	MOTOR DO VENT.INTERNO	UND	2	316,67	R\$ 633,34
9	COMPRESSOR DO AR CONDICIONADO	UND	2	2.133,95	R\$ 4.267,90
10	NUCLEO DO EVAPORADOR	UND	2	1.753,78	R\$ 3.507,56
11	CORREIA DO ALTERNADOR	UND	5	169,92	R\$ 849,60
12	CILINDRO MESTRE DE FREIO	UND	5	483,24	R\$ 2.416,20

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA

13	PIVO	UND	8	156,61	R\$	1.252,88
14	BIELETA	UND	10	362,91	R\$	3.629,10
15	CILINDRO MESTRE DE EMBREAGEM	UND	8	363,25	R\$	2.906,00
16	CILINDRO DA RODA	UND	6	240,67	R\$	1.444,02
17	COXIM DO MOTOR	UND	10	739,71	R\$	7.397,10
18	VELA DE IGNICAO	UND	12	332,10	R\$	3.985,20
19	BATERIA 100 AMPERES CX ALTA	UND	3	913,60	R\$	2.740,80
20	PNEU P/VAN 225/75 R16 12PR 121/120R	UND	8	1.204,37	R\$	9.634,96
21	KIT DE EMBREAGEM	UND	2	1.168,14	R\$	2.336,28
22	MOTOR DE PARTIDA	UND	1	806,66	R\$	806,66
23	ALTERNADOR	UND	2	1.388,86	R\$	2.777,72
24	BICO INJETOR	UND	4	1.133,65	R\$	4.534,60
25	PNEU P/VAN 225/75 R16 12PR 121/120R	UND	8	1.356,00	R\$	10.848,00
<b>TOTAL</b>					R\$	<b>94.482,40</b>

**LOTE 07 - VEÍCULO RENAULT MASTER II 2019 - SAUDE**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	PREÇO	TOTAL
1	ROLAMENTO DA RODA DIANT.	UND	5	444,66	R\$ 2.223,30
2	CUBO DE RODA TRASEIRO	UND	4	338,66	R\$ 1.354,64
3	RADIADOR	UND	2	1.343,72	R\$ 2.687,44
4	TERMINAL DE DIREÇÃO (LD)	UND	20	192,59	R\$ 3.851,80
5	TERMINAL DE DIREÇÃO (LE)	UND	20	191,92	R\$ 3.838,40
6	AMORTECEDOR DIANT.	UND	8	1.019,00	R\$ 8.152,00
7	OLEO SINTETICO 5W-30 1L	UND	70	115,00	R\$ 8.050,00
8	MOTOR DO VENT.INTERNO	UND	2	1.092,83	R\$ 2.185,66
9	COMPRESSOR DO AR CONDICIONADO	UND	2	3.131,67	R\$ 6.263,34
10	NUCLEO DO EVAPORADOR	UND	2	1.750,35	R\$ 3.500,70
11	CORREIA DO ALTERNADOR	UND	5	213,30	R\$ 1.066,50
12	CILINDRO MESTRE DE FREIO	UND	5	481,28	R\$ 2.406,40
13	PIVO	UND	8	233,11	R\$ 1.864,88
14	BIELETA	UND	10	228,15	R\$ 2.281,50
15	CILINDRO MESTRE DE EMBREAGEM	UND	8	407,27	R\$ 3.258,16
16	CILINDRO DA RODA	UND	6	238,48	R\$ 1.430,88
17	COXIM DO MOTOR	UND	10	705,21	R\$ 7.052,10
18	VELA DE IGNICAO	UND	12	313,66	R\$ 3.763,92
19	BATERIA 100 AMPERES CX ALTA	UND	3	880,33	R\$ 2.640,99
20	PNEU P/VAN 225/75 R16 12PR 121/120R	UND	8	2.016,33	R\$ 16.130,64

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA

21	KIT DE EMBREAGEM	UND	2	2.000,00	R\$	4.000,00
22	MOTOR DE PARTIDA	UND	1	1.801,67	R\$	1.801,67
23	ALTERNADOR	UND	2	1.324,87	R\$	2.649,74
24	BICO INJETOR	UND	4	3.584,00	R\$	14.336,00
25	PNEU P/VAN 225/75 R16 12PR 121/120R	UND	8	1.395,28	R\$	11.162,24
<b>TOTAL</b>					R\$	<b>117.952,90</b>

**LOTE 08 - CAÇAMBA IVECO 260E28 - ADMINISTRAÇÃO**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VAL. UNIT.		VALOR TOTAL
1	BRAÇO DO LIMPADOR DO PARA-BRISA	UND	2	R\$ 303,33	R\$	606,66
2	FAROL	UND	2	R\$ 1.569,97	R\$	3.139,94
3	FILTRO DE AR EXT.	UND	6	R\$ 176,30	R\$	1.057,80
4	FILTRO DE AR INT.	UND	6	R\$ 236,66	R\$	1.419,96
5	FILTRO DE COMBUSTIVEL	UND	6	R\$ 183,32	R\$	1.099,92
6	FILTRO DE OLEO	UND	8	R\$ 128,32	R\$	1.026,56
7	LUVA DO CARDAM TRASMISSÃO	UND	10	R\$ 467,40	R\$	4.674,00
8	LONA DE FREIO	UND	20	R\$ 343,33	R\$	6.866,60
9	POLIA DA BOMBA D'AGUA	UND	5	R\$ 238,54	R\$	1.192,70
10	IMPULSOR BENDIX	UND	6	R\$ 716,62	R\$	4.299,72
11	FILTRO DE COMBUSTIVEL	UND	6	R\$ 136,91	R\$	821,46
12	ROLAMENTO RODA DIANTEIRO	UND	8	R\$ 836,66	R\$	6.693,28
13	FILTRO LUBRICANTE	UND	10	R\$ 151,66	R\$	1.516,60
14	AUTOMÁTICO DE MP	UND	10	R\$ 250,00	R\$	2.500,00
15	INDUZIDO MP	UND	6	R\$ 423,68	R\$	2.542,08
16	CRUZETA SPICCCER 2X	UND	10	R\$ 404,10	R\$	4.041,00
17	AMORTECEDOR DA CABINE	UND	6	R\$ 713,33	R\$	4.279,98
18	BALDE DE ÓLEO TOP TURBO	UND	10	R\$ 653,33	R\$	6.533,30
19	PALHETA LIMOADORA DO PARABRISA	UND	4	R\$ 149,00	R\$	596,00
20	AUTOMÁTICO DE DELCO REMY	UND	6	R\$ 347,05	R\$	2.082,30
21	AMORTECEDOR DIANTEIRO	UND	8	R\$ 425,30	R\$	3.402,40
22	TAMBOR DE FREIO	UND	12	R\$ 2.160,00	R\$	25.920,00
23	PITO	UND	10	R\$ 148,71	R\$	1.487,10
24	PARABRISA	UND	6	R\$ 1.260,33	R\$	7.561,98
25	PARABRISA TRASEIRO	UND	6	R\$ 509,22	R\$	3.055,32
26	PNEU P/CAMINHAO 1000X20	UND	12	R\$ 3.333,33	R\$	39.999,96
27	CAMARA DE AR ARO 20	UND	12	R\$ 481,95	R\$	5.783,40
28	PROTETOR DE CAMARA ARO 20	UND	12	R\$ 217,19	R\$	2.606,28

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA

29	BALDE DE GRAXA 10KG	UND	4	R\$ 363,27	R\$ 1.453,08
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 148.259,38</b>

LOTE 09 - VEÍCULO MICRO ÔNIBUS VOLARE USL ANO 2012 - EDUCAÇÃO					
ITEM	DESCRERÇÃO	UND	QNT.	VAL. UNIT	VALOR TOTAL
1	2ª MOLA MESTRE TRAZEIRA	UND	2	R\$ 1.252,99	R\$ 2.505,98
2	ADITIVO PARA RADIADOR	UND	10	R\$ 44,98	R\$ 449,80
3	ARRUELA ENCOSTO	UND	6	R\$ 39,33	R\$ 235,98
4	AMORTECEDOR DIANTEIRO	UND	8	R\$ 623,93	R\$ 4.991,44
5	AMORTECEDOR TRAZEIRO	UND	4	R\$ 423,93	R\$ 1.695,72
6	BOMBA D' ÁGUA	UND	5	R\$ 451,24	R\$ 2.256,20
7	BOMBA DE ÓLEO	UND	2	R\$ 525,31	R\$ 1.050,62
8	BIELETA	UND	6	R\$ 126,98	R\$ 761,88
9	BOBINA DE CAMPO	UND	5	R\$ 223,81	R\$ 1.119,05
10	BORRACHA AMORTECEDOR TRAZEIRO	UND	4	R\$ 58,04	R\$ 232,16
11	BORRACHA ESTRABILIZADOR DIANTEIRO	UND	16	R\$ 50,93	R\$ 814,88
12	BUCHA BARRA ESTABILIZADORA TRAZEIRA	UND	16	R\$ 52,78	R\$ 844,48
13	BORRACHA ROLAMENTO CARDAM	UND	4	R\$ 123,00	R\$ 492,00
14	BRAÇO PITMAN	UND	8	R\$ 361,90	R\$ 2.895,20
15	BUJÃO DIFERENCIAL	UND	1	R\$ 50,28	R\$ 50,28
16	CABO ACELERADOR	UND	5	R\$ 282,08	R\$ 1.410,40
17	CABO FREIO DE MÃO	UND	5	R\$ 302,96	R\$ 1.514,80
18	CILINDRO EMBREAGEM	UND	5	R\$ 237,25	R\$ 1.186,25
19	CILINDRO RODA	UND	5	R\$ 149,75	R\$ 748,75
20	CORREIA ALTERNADOR	UND	5	R\$ 159,26	R\$ 796,30
21	COXIM RADIADOR	UND	5	R\$ 86,98	R\$ 434,90
22	CRUZETA CARDAM	UND	5	R\$ 190,00	R\$ 950,00
23	CUBO RODA TRAZEIRA	UND	3	R\$ 1.453,53	R\$ 4.360,59
24	CUICA DE FREIO	UND	5	R\$ 422,86	R\$ 2.114,30
25	DEFLETOR DO RADIADOR	UND	5	R\$ 258,65	R\$ 1.293,25
26	DISCO DE FREIO	UND	5	R\$ 405,00	R\$ 2.025,00
27	EMBRAGEM KIT	UND	3	R\$ 1.766,96	R\$ 5.300,88
28	ENGRENAGEM 1ª E 2ª	UND	6	R\$ 1.535,33	R\$ 9.211,98
29	ESTICADOR CORREIA	UND	5	R\$ 208,32	R\$ 1.041,60
30	FAROL DE LD/LE	UND	5	R\$ 378,39	R\$ 1.891,95
31	FECHADURA DA PORTA CARREDIÇA	UND	5	R\$ 459,10	R\$ 2.295,50
32	FECHADURA DA TAMPA TRAZEIRA	UND	5	R\$ 264,99	R\$ 1.324,95

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA

33	FILTRO DE AR	UND	5	R\$ 133,95	R\$ 669,75
34	FILTRO DE COMBUSTIVEL	UND	5	R\$ 114,55	R\$ 572,75
35	FILTRO LUBIFICANTE	UND	5	R\$ 221,66	R\$ 1.108,30
36	FILTRO OLEO	UND	5	R\$ 65,32	R\$ 326,60
37	FLEXIVEL FREIO DIANTEIRO	UND	5	R\$ 88,32	R\$ 441,60
38	GARFO SOLDAVEL	UND	5	R\$ 202,92	R\$ 1.014,60
39	HÉLICE VENTILADOR	UND	5	R\$ 307,62	R\$ 1.538,10
40	INDOZIDO PARTIDA	UND	9	R\$ 394,44	R\$ 3.549,96
41	JUNTA CABEÇOTE	UND	5	R\$ 341,98	R\$ 1.709,90
42	JUNTA DIFERENCIAL	UND	5	R\$ 121,98	R\$ 609,90
43	LÂMPADA DO FAROL	UND	5	R\$ 52,56	R\$ 262,80
44	LANTERNA TRAZEIRA	UND	5	R\$ 239,98	R\$ 1.199,90
45	LONA DE FREIO	UND	5	R\$ 363,33	R\$ 1.816,65
46	LONA DE FREIO TRAZEIRO	UND	5	R\$ 368,03	R\$ 1.840,15
47	LUVA CARDAM	UND	5	R\$ 351,67	R\$ 1.758,35
48	LUVA PINHÃO	UND	6	R\$ 395,37	R\$ 2.372,22
49	LUVA TRAZEIRA CAIXA	UND	5	R\$ 355,17	R\$ 1.775,85
50	MAÇANETA EXTERNA DA PORTA DIANTEIRA	UND	6	R\$ 332,33	R\$ 1.993,98
51	MOLA DIANTEIRA	UND	5	R\$ 416,66	R\$ 2.083,30
52	MOLA PATIM TRAZEIRA	UND	6	R\$ 57,97	R\$ 347,82
53	MURINGA CAIXA	UND	6	R\$ 368,66	R\$ 2.211,96
54	PALHETA DO LIMPADOR DE PARABRISA	UND	4	R\$ 128,18	R\$ 512,72
55	PARABRISA DIANTEIRO	UND	1	R\$ 1.852,93	R\$ 1.852,93
56	PARABRISA TRAZEIRO	UND	4	R\$ 1.256,65	R\$ 5.026,60
57	PISTA DO ROLAMENTO RODA TRAZEIRA	UND	5	R\$ 184,20	R\$ 921,00
58	PARAFUSO DE RODA	UND	4	R\$ 31,95	R\$ 127,80
59	PASTILHA FREIO	UND	5	R\$ 193,48	R\$ 967,40
60	PARABRISA	UND	4	R\$ 1.775,28	R\$ 7.101,12
61	PARABRISA TRASEIRO	UND	5	R\$ 1.466,66	R\$ 7.333,30
62	PATIM FREIO TRAZEIRO	UND	5	R\$ 233,28	R\$ 1.166,40
63	PINÇA FREIO DIANTEIRO	UND	4	R\$ 498,51	R\$ 1.994,04
64	PLACA DIODO	UND	4	R\$ 303,60	R\$ 1.214,40
65	POLIA ALTERNADOR	UND	4	R\$ 175,18	R\$ 700,72
66	RETENTOR PINHÃO	UND	4	R\$ 167,44	R\$ 669,76
67	RETENTOR TRAZEIRO	UND	4	R\$ 183,00	R\$ 732,00
68	ROLAMENTO CENTRAL CARDAM	UND	4	R\$ 213,00	R\$ 852,00
69	ROLAMENTO DIANTEIRO EXTERNO	UND	4	R\$ 235,33	R\$ 941,32

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA

70	ROLAMENTO DIANTEIRO ENTERNO	UND	4	R\$ 256,47	R\$ 1.025,88
71	ROLAMENTO EIXO CARETÃO	UND	4	R\$ 223,37	R\$ 893,48
72	ROLAMENTO EIXO PILOTÃO	UND	4	R\$ 290,00	R\$ 1.160,00
73	ROLAMENTO LATERAL CAIXA SATÉLITE	UND	4	R\$ 464,43	R\$ 1.857,72
74	ROLAMENTO PINHÃO GRANDE	UND	4	R\$ 395,23	R\$ 1.580,92
75	ROLAMENTO PINHÃO PEQUENO	UND	4	R\$ 177,84	R\$ 711,36
76	ROLAMENTO TRAZEIRO EXTERNO	UND	4	R\$ 363,31	R\$ 1.453,24
77	ROLAMENTO TRAZEIRO INTERNO	UND	4	R\$ 224,10	R\$ 896,40
78	SAPATA DE FREIO TRAZEIRA	UND	4	R\$ 266,94	R\$ 1.067,76
79	SEMIEIXO TRAZEIRO	UND	3	R\$ 1.915,33	R\$ 5.745,99
80	SENSOR DE VELOCIDADE	UND	3	R\$ 263,33	R\$ 789,99
81	SUPORTE DO AMORTOCEDOR DIANTEIRO	UND	3	R\$ 353,59	R\$ 1.060,77
82	SUPORTE FUSÍVEL	UND	3	R\$ 46,67	R\$ 140,01
83	SUPORTE HÉLICE	UND	6	R\$ 594,30	R\$ 3.565,80
84	TAMBOR FREIO	UND	4	R\$ 608,47	R\$ 2.433,88
85	TAMPA DIFERENCIAL	UND	4	R\$ 559,98	R\$ 2.239,92
86	PNEU P/CAMINHAO 900X20	UND	16	R\$ 1.689,23	R\$ 27.027,68
87	OLEO 15W-40 20L	UND	6	R\$ 651,30	R\$ 3.907,80
88	BALDE DE GRAXA 10KG	UND	4	R\$ 320,38	R\$ 1.281,52
89	BATERIA 100 AMPERES CX ALTA	UND	3	R\$ 1.018,66	R\$ 3.055,98
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 181.511,12</b>

**LOTE 10 - PÁ CARREGADEIRA - XCMG 2022 - ADMINISTRAÇÃO**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VAL. UNIT.	VALOR TOTAL
1	ANEL CONV SEGMENTO	UND	3	R\$ 244,91	R\$ 734,73
2	ANEL CONVERSOR	UND	6	R\$ 166,25	R\$ 997,50
3	ARRUELA TRAVA	UND	5	R\$ 88,30	R\$ 441,50
4	BUCHA BALANÇA	UND	5	R\$ 202,65	R\$ 1.013,25
5	BUCHA BALDE	UND	10	R\$ 154,19	R\$ 1.541,90
6	BUCHA ROTULA	UND	5	R\$ 153,35	R\$ 766,75
7	CILINDRO MESTRE	UND	3	R\$ 549,63	R\$ 1.648,89
8	CABO ACELERADOR	UND	3	R\$ 235,33	R\$ 705,99
9	CABO REVERSÃO	UND	3	R\$ 228,50	R\$ 685,50
10	CÂMARA DE AR	UND	4	R\$ 220,33	R\$ 881,32
11	CAPA SECA	UND	3	R\$ 1.263,73	R\$ 3.791,19
12	CORREIA	UND	5	R\$ 155,02	R\$ 775,10
13	COXIM MOTOR	UND	4	R\$ 290,53	R\$ 1.162,12

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA

14	COXIM RADIADOR	UND	5	R\$ 132,28	R\$ 661,40
15	COXIM TRM	UND	5	R\$ 252,94	R\$ 1.264,70
16	CRUZUETA TRM	UND	7	R\$ 401,95	R\$ 2.813,65
17	CUBO CONVERSOR	UND	3	R\$ 215,99	R\$ 647,97
18	DEFLETOR CONVERSOR	UND	3	R\$ 434,86	R\$ 1.304,58
19	DISCO GROSSO TRM	UND	5	R\$ 432,91	R\$ 2.164,55
20	DISCO TRM	UND	14	R\$ 542,67	R\$ 7.597,38
21	ENGRENAGEM	UND	7	R\$ 1.357,37	R\$ 9.501,59
22	ENGRENAGEM SOLAR	UND	4	R\$ 1.194,03	R\$ 4.776,12
23	ESTATOR CONVERSOR	UND	3	R\$ 294,63	R\$ 883,89
24	FILTRO AR EXTERNO	UND	4	R\$ 203,33	R\$ 813,32
25	FILTRO AR INTERNO	UND	4	R\$ 191,33	R\$ 765,32
26	FILTRO CONVERSOR	UND	2	R\$ 255,27	R\$ 510,54
27	FILTRO DE OLEO	UND	5	R\$ 180,28	R\$ 901,40
28	FILTRO DE COMBUSTIVEL	UND	4	R\$ 93,33	R\$ 373,32
29	FILTRO AR CONDICIONADO	UND	4	R\$ 336,93	R\$ 1.347,72
30	FILTRO HIDRAULICO	UND	3	R\$ 381,45	R\$ 1.144,35
31	FILTRO TELA TRM	UND	3	R\$ 255,00	R\$ 765,00
32	FLANGE TRM	UND	3	R\$ 570,30	R\$ 1.710,90
33	GRAXETA DO FILTRO	UND	3	R\$ 160,25	R\$ 480,75
34	HELICE	UND	3	R\$ 483,30	R\$ 1.449,90
35	IMPULSOR CONVERSOR	UND	3	R\$ 236,65	R\$ 709,95
36	JOGO VEDAÇÃO CONVERSOR	UND	3	R\$ 559,97	R\$ 1.679,91
37	JOGO VEDAÇÃO TRM	UND	3	R\$ 505,30	R\$ 1.515,90
38	JUNTA ESCAP	UND	3	R\$ 113,58	R\$ 340,74
39	KIT DE FREIO DAS 4 RODAS	UND	4	R\$ 300,01	R\$ 1.200,04
40	LAMINA	UND	2	R\$ 2.331,95	R\$ 4.663,90
41	LUVA DO CORDAM	UND	3	R\$ 339,97	R\$ 1.019,91
42	LUVA TRM-SAIDA	UND	3	R\$ 401,95	R\$ 1.205,85
43	MANCAL SEM ROLAMENTO	UND	4	R\$ 558,62	R\$ 2.234,48
44	MANGOTE INFERIOR RADIADOR	UND	5	R\$ 332,97	R\$ 1.664,85
45	MANGOTE SUPERIOR RADIADOR	UND	5	R\$ 403,32	R\$ 2.016,60
46	MANGUEIRA HIDRAULICA	UND	5	R\$ 351,12	R\$ 1.755,60
47	MANGUEIRA PURIFICADOR	UND	5	R\$ 243,45	R\$ 1.217,25
48	PARAFUSO CREMALHEIRA	UND	20	R\$ 28,30	R\$ 566,00
49	PARAFUSO LAMINA	UND	10	R\$ 32,30	R\$ 323,00
50	PORCA BALANÇA	UND	5	R\$ 33,98	R\$ 169,90
51	PORCA LAMINA	UND	20	R\$ 46,98	R\$ 939,60

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA

52	REPARO CILINDRO DIREÇÃO	UND	5	R\$ 365,32	R\$ 1.826,60
53	REPARO CILINDRO INCLINAÇÃO	UND	12	R\$ 389,99	R\$ 4.679,88
54	REPARO CILINDRO LEVANTE	UND	12	R\$ 758,33	R\$ 9.099,96
55	RETENTOR CONVERSO	UND	3	R\$ 265,00	R\$ 795,00
56	RETENTOR DIFERENCIAL	UND	9	R\$ 167,00	R\$ 1.503,00
57	RETENTOR RODA	UND	10	R\$ 190,00	R\$ 1.900,00
58	RETENTOR TRW-DIANTEIRO	UND	9	R\$ 198,89	R\$ 1.790,01
59	ROLAMENTO CENTRO	UND	5	R\$ 626,00	R\$ 3.130,00
60	SENSOR AUTOMATICO DAS MARCHAS	UND	2	R\$ 1.288,83	R\$ 2.577,66
61	SILENCIOSO	UND	5	R\$ 1.350,42	R\$ 6.752,10
62	TERMINAL DOS CABOS	UND	10	R\$ 388,62	R\$ 3.886,20
63	TUBO ESCAPAMENTO	UND	1	R\$ 96,61	R\$ 96,61
64	TRAVA DO CONVERSOR	UND	8	R\$ 221,76	R\$ 1.774,08
65	VOLANTE DIREÇÃO	UND	5	R\$ 207,07	R\$ 1.035,35
66	VARETA TRM-OLEO	UND	7	R\$ 294,00	R\$ 2.058,00
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 123.152,02</b>

LOTE 11 - PATROL CASE 2014 - ADMINISTRAÇÃO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	PREÇO	TOTAL
1	ALAVANCA MARCHA	UND	2	R\$ 110,33	R\$ 220,66
2	ARRUELA ENCOSTO	UND	2	R\$ 49,30	R\$ 98,60
3	BARRA DIREÇÃO DIREITA	UND	2	R\$ 625,33	R\$ 1.250,66
4	BARRA DIREÇÃO ESQUEDA	UND	2	R\$ 622,00	R\$ 1.244,00
5	BOMBA D'AGUA	UND	1	R\$ 458,42	R\$ 458,42
6	BOMBA DE OLEO	UND	1	R\$ 640,65	R\$ 640,65
7	BRAÇO MANGA DE EIXO	UND	2	R\$ 726,66	R\$ 1.453,32
8	BUCHA DA BALANÇA	UND	2	R\$ 90,00	R\$ 180,00
9	BUCHA MANGA DE EIXO	UND	2	R\$ 156,38	R\$ 312,76
10	BUCHA PINO CENTRAL	UND	2	R\$ 102,67	R\$ 205,34
11	CABO VELOCIMETRO	UND	2	R\$ 141,95	R\$ 283,90
12	CÂMARA DE AR	UND	10	R\$ 203,67	R\$ 2.036,70
13	CHAPÉU DE CHUVA	UND	2	R\$ 293,00	R\$ 586,00
14	CORREA	UND	2	R\$ 143,62	R\$ 287,24
15	DENTE DA CONCHA	UND	8	R\$ 366,33	R\$ 2.930,64
16	DISCO EMBREAGEM	UND	2	R\$ 472,00	R\$ 944,00
17	FILTRO DE AR EXTERNO	UND	5	R\$ 178,00	R\$ 890,00
18	FILTRO DE ARINTERNO	UND	5	R\$ 391,70	R\$ 1.958,50
19	FILTRO DE OLEO EXTERNO	UND	5	R\$ 95,00	R\$ 475,00

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA

20	FILTRO DE COMBUSTIVEL	UND	5	R\$ 134,95	R\$ 674,75
21	FILTRO AR CONDICIONADO	UND	4	R\$ 260,28	R\$ 1.041,12
22	FILTRO OLEO INTERNO	UND	3	R\$ 171,62	R\$ 514,86
23	IGNIÇÃO C/ CHAVE	UND	5	R\$ 263,58	R\$ 1.317,90
24	IMPULSOR	UND	3	R\$ 255,25	R\$ 765,75
25	INDICADOR COMBUSTIVEL	UND	4	R\$ 1.272,94	R\$ 5.091,76
26	JOGO BRONZE BIELA	UND	4	R\$ 242,68	R\$ 970,72
27	JOGO BRONZE MANCAL	UND	3	R\$ 306,66	R\$ 919,98
28	JOGO DE JUNTA	UND	3	R\$ 526,67	R\$ 1.580,01
29	JOGO REPARO DA BOMBA	UND	5	R\$ 178,63	R\$ 893,15
30	MANGA DE EIXO DIREITO	UND	5	R\$ 1.004,33	R\$ 5.021,65
31	MANGA DE EIXO ESQUERDO	UND	7	R\$ 839,33	R\$ 5.875,31
32	MANOMETRO	UND	2	R\$ 433,43	R\$ 866,86
33	PARAFUSO DENTE	UND	9	R\$ 40,03	R\$ 360,27
34	PINO CENTRAL	UND	2	R\$ 148,37	R\$ 296,74
35	PINO VERTICAL DA BALANÇA	UND	3	R\$ 336,67	R\$ 1.010,01
36	PONTA DA LAMINA	UND	10	R\$ 293,30	R\$ 2.933,00
37	PLATOR EMBREAGEM	UND	5	R\$ 423,30	R\$ 2.116,50
38	PORCA DENTE	UND	10	R\$ 18,67	R\$ 186,70
39	PROTETOR DE CÂMARA	UND	5	R\$ 141,72	R\$ 708,60
40	RADIADOR DE OLEO	UND	1	R\$ 610,39	R\$ 610,39
41	REPARO CILINDRO DA CAÇAMBA	UND	2	R\$ 161,27	R\$ 322,54
42	REPARO CILINDRO DE GIRO	UND	4	R\$ 287,04	R\$ 1.148,16
43	REPARO CILINDRO DE LEVANTE	UND	4	R\$ 240,38	R\$ 961,52
44	REPARO CILINDRO ESTABILIZADOR	UND	5	R\$ 264,43	R\$ 1.322,15
45	REPARO CILINDRO LANÇA DE LEVANTE	UND	3	R\$ 274,95	R\$ 824,85
46	REPARO DO PLATOR	UND	3	R\$ 226,51	R\$ 679,53
47	RETENTOR POLIA	UND	4	R\$ 90,50	R\$ 362,00
48	RETENTOR ROLANTE	UND	5	R\$ 136,69	R\$ 683,45
49	ROLAMENTO COLAR	UND	3	R\$ 189,32	R\$ 567,96
50	SUPORTE COLAR	UND	4	R\$ 166,58	R\$ 666,32
51	TAMPA DAS ALAVANCAS	UND	3	R\$ 225,95	R\$ 677,85
52	TANQUE DE COMBUSTIVEL	UND	2	R\$ 1.345,28	R\$ 2.690,56
53	TERMOMETRO	UND	4	R\$ 189,25	R\$ 757,00
54	TUBO MANOMENTRO	UND	5	R\$ 143,58	R\$ 717,90
55	OLEO P/TRANSM.HIDRAULICA 68 20L	UND	20	R\$ 540,48	R\$ 10.809,60
56	GRAXA CHASSIS 10KG	UND	10	R\$ 313,71	R\$ 3.137,10

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA

57	PNEU 1.400X24	UND	16	R\$ 3.394,19	R\$ 54.307,04
58	CAMARA 1.400X24	UND	16	R\$ 628,37	R\$ 10.053,92
59	BATERIA DE 150 AMEPERES	UND	3	R\$ 1.357,58	R\$ 4.072,74
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 144.974,61</b>

**LOTE 12 - RETROESCAVADEIRA JCB 3C 2013 - ADMINISTRAÇÃO**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VAL. UNIT.	VALOR TOTAL
1	FILTRO DE AR	UND	5	R\$ 326,11	R\$ 1.630,55
2	FILTRO DE COMBUSTIVEL	UND	5	R\$ 101,58	R\$ 507,90
3	FILTRO DE OLEO	UND	5	R\$ 175,33	R\$ 876,65
4	FILTRO DE AR CONDICIONADO	UND	2	R\$ 158,26	R\$ 316,52
5	PARA-BRISA	UND	2	R\$ 1.339,59	R\$ 2.679,18
6	RETENTOR DO CILINDRO DIANTEIRO	UND	5	R\$ 218,95	R\$ 1.094,75
7	RETENTOR DO CILINDRO TRASEIRO	UND	5	R\$ 229,91	R\$ 1.149,55
8	RETENTOR DO CILINDRO DAS PÁS TRASEIRA	UND	6	R\$ 285,25	R\$ 1.711,50
9	PNEU 17.5X25	UND	16	R\$ 7.696,40	R\$ 123.142,40
10	CAMARA DE AR 17.5X25	UND	16	R\$ 561,95	R\$ 8.991,20
11	PROTETOR DE AR ARO 25	UND	16	R\$ 419,83	R\$ 6.717,28
12	PNEU 12.5X80 ARO 18	UND	16	R\$ 3.631,48	R\$ 58.103,68
13	CAMARA DE AR 12.5X80 ARO 18	UND	16	R\$ 315,33	R\$ 5.045,28
14	BALDE DE OLEO 15W-40 TOP TURBO 20L	UND	20	R\$ 651,97	R\$ 13.039,40
15	BALDE DE GRAXA 10KG	UND	20	R\$ 285,87	R\$ 5.717,40
16	BATERIA DE 150 AMPERES	UND	3	R\$ 1.152,17	R\$ 3.456,51
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 234.179,75</b>

**LOTE 13 – MANUTENÇÃO**

ITEM	DESCRIÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	UND	QTD	V UNITARIO	VAL.TOTAL
1	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA: MECANICA EM GERAL, ALINHAMENTO, BALANCEAMENTO, INJEÇÃO ELETRONICA, SERVIÇOS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	HORA	1500	R\$ 260,00	R\$ 390.000,00

ELETRICOS.						
------------	--	--	--	--	--	--

### 3. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 3.3. A Prefeitura Municipal Graça Aranha enfrenta um desafio em relação à sua frota de veículos, caminhões e máquinas, que frequentemente sofrem falhas e paralisações devido à falta de peças e acessórios necessários para a manutenção adequada. Essa situação gera prejuízos para o município, pois impacta diretamente na prestação de serviços públicos essenciais, como transporte de pacientes, coleta de lixo, manutenção de estradas, entre outros.
- 3.4. A indisponibilidade de peças e acessórios para reposição imediata compromete a eficiência e a qualidade dos serviços prestados pela Prefeitura, prejudicando a população local e causando transtornos operacionais. Além disso, as constantes falhas nos veículos e máquinas aumentam os custos de manutenção e diminuem a vida útil dos equipamentos, o que representa um desperdício de recursos públicos.
- 3.5. Diante desse cenário, torna-se imprescindível adotar medidas que garantam o abastecimento regular de peças e acessórios para a manutenção da frota da Prefeitura Municipal Graça Aranha. A resolução deste problema é fundamental para assegurar a continuidade dos serviços públicos e promover a eficiência na gestão dos recursos municipais, contribuindo para o bem-estar da comunidade e para o desenvolvimento sustentável do município.
- 3.6. Mais detalhes quando a fundamentação da presente contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 4. DO ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ORGANIZAÇÃO

- 4.3. A Prefeitura Municipal Graça Aranha optou pela não elaboração do Plano Anual de Contratações, por essa razão a presente demanda não possui alinhamento com o planejamento da organização.

### 5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 5.3. A descrição da solução como um todo considerado o ciclo de vida do objeto e especificação do produto encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 6.3. Os requisitos da contratação, como critérios de sustentabilidade, indicação de marcas ou modelos, ou ainda a vedação de contratação de marca ou produtos encontram-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 7. DAS AMOSTRAS

7.3. Para a presente contratação não será obrigatória a apresentação de amostras por parte da licitante vencedora.

## 8. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

8.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

## 9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

## 10. DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

10.3. Em observância ao artigo 49, incisos II e III, da Lei Complementar nº 123/2006, considerando que não há um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, no presente procedimento não aplicado os benefícios do art. 48 da Lei Complementar 123/2006.

## 11. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

11.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) contados do início da vigência que consta descrita no instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.4. Havendo necessidade o contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11.5. O instrumento contratual oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

12.3. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**

### Forma de fornecimento

12.4. O fornecimento do objeto será **PARCELADO**.

## 13. PROPOSTA DE PREÇOS

13.3. Os preços propostos deverão incluir todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer fretes, impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscal e previdenciário a que estiver sujeito, e demais custos que incidam, direta ou indiretamente, na execução do objeto a ser contratado;

13.4. A proposta de preço deverá conter a discriminação detalhada dos produtos ofertados, marca, modelo e fabricante, quando for o caso, quantidade solicitada, o valor unitário (numérico), valor total (numérico e por extenso), prazo de validade da proposta de no mínimo 90 (noventa) dias e prazo de entrega dos produtos.

## 14. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

14.3. A **HABILITAÇÃO JURÍDICA** será comprovada, mediante a apresentação da seguinte documentação:

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA**

- 14.3.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
  - 14.3.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);
  - 14.3.3. No caso de sociedade empresária, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;
  - 14.3.4. No caso de ser o participante sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
  - 14.3.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
  - 14.3.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
  - 14.3.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
  - 14.3.8. No caso de atividade adstrita a uma legislação específica: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.
  - 14.3.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 14.4. A **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- 14.4.1. **Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado, independente se a fase de habilitação irá ou não anteceder as fases de apresentação de propostas e lances.**
  - 14.4.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), através do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, emitido pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando possuir situação cadastral ativa para com a Fazenda Federal, ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
  - 14.4.3. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, comprovando possuir Inscrição Habilitada no cadastro de contribuintes estadual, ou Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal quando se tratar de prestador de serviço.

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA**

- 14.4.4. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 14.4.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual;
- 14.4.5.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 14.4.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Municipal;
- 14.4.6.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 14.4.7. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- 14.4.8. Prova de regularidade com a justiça trabalhista, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida por órgão competente da Justiça do Trabalho (conforme Art. 3º da Lei Nº 12.440/2011);
- 14.4.9. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- 14.4.10. Quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, a licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal, social e

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA**

trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização.

**14.5. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, que será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:

14.5.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial em caso de pessoas físicas, emitida até 60 (sessenta) dias antes da data da sessão pública ou que esteja dentro do prazo de validade constante da própria certidão;

14.5.1.1. Caso admitida participação de Pessoas Físicas ou Sociedade Simples, deverá ser apresentada Certidão Negativa de Insolvência Civil, expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, desde que admitida a sua participação na licitação.

14.5.2. Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

14.5.2.1. Os documentos referidos no item acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

14.5.2.2. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso, devidamente registrado na forma da lei.

14.5.2.3. As sociedades empresárias enquadradas nas regras da Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021, que dispõe sobre a Escrituração Contábil Digital – ECD, para fins fiscais e previdenciários poderão apresentar o balanço patrimonial e os termos de abertura e encerramento do livro diário, em versão digital, obedecidas as normas do parágrafo único do art. 2º da citada instrução quanto a assinatura digital nos referidos documentos, quanto a Certificação de Segurança emitida por entidade credenciada pela infraestrutura de Chaves Públicas – Brasileiras – ICP – Brasil.

14.5.3. Declaração, assinada por Profissional área Contábil devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos nos termos do §1º, art. 69 da Lei 14.133/2021, aplicando fórmulas da seguinte forma:

**Índice de Liquidez Geral ( $\geq 1,00$ ):**

$$LG = \frac{\textit{Ativo Circulante} + \textit{Realizável a Longo Prazo}}{\textit{Passivo Circulante} + \textit{Passivo Não Circulante}}$$

**Índice de Liquidez Corrente ( $\geq 1,00$ ):**

$$LC = \frac{\textit{Ativo Circulante}}{\textit{Passivo Circulante}}$$

**Índice de Solvência Geral ( $\geq 1,00$ ):**

$$SG = \frac{\textit{Ativo Total}}{\textit{Passivo Circulante} + \textit{Passivo Não Circulante}}$$

- 14.5.4. Da análise dos documentos apresentados serão calculados os índices Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (LG), que deverão apresentar resultado igual ou superior a 1 (um).
- 14.5.5. As empresas que apresentarem resultado do quociente de capacidade econômico-financeira menor do que o exigido, quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, patrimônio líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor total dos seus itens ofertados, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta através de índices oficiais.
- 14.5.6. O Microempreendedor Individual (MEI) que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123 de 2006 estará dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício;
- 14.6. A **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, que será comprovada através da apresentação dos seguintes atestados emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

## 15. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de Entrega

- 15.3. O prazo de entrega dos itens, sempre que solicitado, será de 10 (dez) dias, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 15.4. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 15.5. Os bens deverão ser entregues na sede do Município de Graça Aranha em endereço indicado na Ordem de Fornecimento.
- 15.6. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, ou a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

### Garantia, manutenção e assistência técnica

- 15.7. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## 16. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 16.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 16.4. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 16.5. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, conforme endereço eletrônico informado pela contratada na sua proposta comercial.
- 16.6. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 16.7. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### Fiscalização

- 16.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### Fiscalização Técnica

- 16.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração
- 16.9.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (art. 117, §1º da Lei nº 14.133, de 2021).
- 16.9.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 16.9.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 16.9.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 16.9.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### Fiscalização Administrativa

- 16.10. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA**

16.10.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

**Gestor do Contrato**

- 16.11. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 16.12. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 16.13. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 16.14. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 16.15. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 16.16. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 16.17. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

**17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

17.3. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal Graça Aranha deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

17.3.1 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

- 18.3. O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega ou execução, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 18.4. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA**

- 18.5. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade executados e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 18.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 18.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 18.8. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 18.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **19. DOS CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO**

- 19.3. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma da seção anterior, prorrogáveis por igual período.
- 19.4. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
  - 19.4.1. o prazo de validade;
  - 19.4.2. a data da emissão;
  - 19.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
  - 19.4.4. o período respectivo de execução do contrato;
  - 19.4.5. o valor a pagar; e
  - 19.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 19.5. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.
- 19.6. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação das certidões de regularidade junto à Receita Federal do Brasil/Previdência, Trabalhistas, FGTS, Estado (dívida ativa e tributos), Município (dívida ativa e tributos), nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 19.7. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 19.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 19.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 19.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA**

- 19.11. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme item anterior.
- 19.12. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 19.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 19.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 19.14.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 19.15. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Graça Aranha - MA, 16 de abril de 2026.

**GILDERMBERG PEREIRA DE MORAIS**  
**Setor de Planejamento**



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA

ANEXO II - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 06.1304.0001/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026  
(REGISTRO DE PREÇOS)

A Secretaria Municipal de XXXXXXXXXXXX, com sede no(a) ....., na cidade de ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ..... de ..... de ..... de 202..., publicada no ..... de ..... de ..... de ....., portador da matrícula funcional nº ....., considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../202 processo administrativo n.º ....., RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa para ..... para atender as necessidades do município Termo de Referência, anexo **Edital de Licitação nº 0xx/2026** que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria de Secretaria Municipal de Saúde

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA**

- 4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
  - 4.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
  - 4.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
  - 4.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
  - 4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

**Dos limites para as adesões**

- 4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- 4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
- 4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

**Vedação a acréscimo de quantitativos**

- 4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

**5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA**

- 5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 5.1.1 Juntamente com a renovação de prazo, será renovado o saldo registrado em sua totalidade.
- 5.1.2 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 5.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 5.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a 5.4.1 5.4.2 Possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;
- 5.4.3 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.4.4 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.4.5 Mantiverem sua proposta original.
- 5.4.6 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.1. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item **Erro! Fonte de referência não encontrada**. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e
- 5.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA**

item **Erro! Fonte de referência não encontrada.**

- 5.2. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.3. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.4. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.5. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:
- 5.12.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 5.12.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.7. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

- 6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 6.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 6.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA**

6.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.4 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.5 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA**

previsto no item **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e no item **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

**9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.5. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA**

registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

- 9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item **Erro! Fonte de referência não encontrada.** será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 9.4.1. Por razão de interesse público;
- 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

**10. DAS PENALIDADES**

- 10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.
- 10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
- 10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

**11. CONDIÇÕES GERAIS**

- 11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.
- 11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
- 11.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador

Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA

**ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 06.1304.0001/2026**  
**PREGÃO Nº 004/2026- FORMATO ELETRÔNICO**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

Razão Social:  
Nome de Fantasia (se houver):  
CNPJ nº  
Endereço:  
Telefone:  
Endereço eletrônico (e-mail):

**OBS: A proposta de preços deverá observar a descrição especificada no termo de referência Anexo I do Edital**

<i>Item</i>	<i>Descrição</i>	<i>Marc a</i>	<i>Unid.</i>	<i>Quant .</i>	<i>Valor Unitário</i>	<i>Valor Total.</i>

Valor Global da Proposta (por extenso):

Representante \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_

Cumpre-nos informar-lhes ainda que examinamos os documentos da licitação, inteirando- nos dos mesmos para elaboração da presente proposta.

E em consonância aos referidos documentos, declaramos que:

- 1 - Que estamos cientes e concordamos com os Termos do Edital em epígrafe e das cláusulas da minuta do Contrato em anexo;
- 2 - Que o prazo de validade da presente proposta, é de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de abertura do certame;
- 3 - Que nos preços apresentados já estão contemplados todos os impostos;
- 4 - Que o prazo de entrega é o constante no anexo I do Edital de Abertura do Certame.
- 5 - A Nota Fiscal/Fatura deve, obrigatoriamente, ser entregue junto com o objeto, e conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do Edital, o número do item e a quantidade do equipamento entregue, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do objeto e posterior liberação da Nota Fiscal para pagamento;

Obs.: O preenchimento do presente anexo acarretará a conformidade da proposta da licitante com todas as características do objeto e exigências constantes no edital.

Local e data.

**Identificação e assinatura do representante ou credenciado**

***-+A licitante deverá preencher sua proposta, conforme item 7.1 deste Edital.***  
***■ ■ ■ +Emitir em papel timbrado da empresa e apor carimbo da empresa juntamente com a assinatura do seu representante.***



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA

**EDITAL DE PREGÃO N° 004/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 06.1304.0001/2026**  
**MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM**

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE VEÍCULOS E FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO.**

**ANEXO - IV**

**MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA**

**(papel timbrado da licitante)**

**Ao pregoeiro e equipe de apoio**

Prefeitura Municipal de GRAÇA ARANHA, Estado do Maranhão

**PREGÃO ELETRÔNICO N° 004/2026**

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ n° ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, que:

( ) Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar n° 123/06, alterada pela Lei Complementar n° 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

\*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

( ) Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se **enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar n° 123/06, alterada pela Lei Complementar n° 147/14**, que no ano calendário vigente não atingiu ou extrapolou os limites estabelecidos no Art. 4° § 2° da Lei Federal 14.133/2021, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento.

\*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa e não tenha atingido no ano calendário os limites estabelecidos no Art. 4° § 2°.

( ) Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se **enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar n° 123/06, alterada pela Lei Complementar n° 147/14**, que no ano calendário vigente não atingiu ou extrapolou os limites estabelecidos no Art. 4° § 2° da Lei Federal 14.133/2021, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento.



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA

\*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa e não tenha atingido no ano calendário os limites estabelecidos no Art. 4º § 2º.

1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade.

2) Declaramos, para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

3) Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

4) Declaramos, para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do inciso III, do artigo [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5) Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a) Portador(a) do RG sob nº e CPF nº, cuja função/cargo é (sócio administrador/procurador/diretor/etc), **responsável pela assinatura do contrato.**

7) Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que o Contrato** seja encaminhado para o seguinte endereço:

**E-mail:** [pmga.licitacao@hotmail.com](mailto:pmga.licitacao@hotmail.com)

8) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

9) Nomeamos e constituímos o senhor(a) ....., portador(a) do CPF/MF sob n.º ....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução do **contrato**, referente ao Pregão Eletrônico N° **004/2026** e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.  
..... de 2024.

Local e Data

**Assinatura do Responsável pela Empresa**  
(Nome Legível/Cargo)



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 004/2026  
SISTEMA DE REGISTRO PREÇOS – SRP

ANEXO V

**MINUTA DO CONTRATO**

CONTRATO N.º XXX/2026  
PROCESSO N.º .....  
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 004/2026

CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GRAÇA ARANHA E A  
EMPRESA XXXXXXXXXXXXX.

O MUNICÍPIO DE GRAÇA ARANHA, ESTADO DO MARANHÃO, inscrita no CNPJ n.º ....., com sede na Rua São Francisco, n.º 116, Bairro: Centro, GRAÇA ARANHA - MA, CEP: 65.785-000, através da (ÓRGÃO CONTRATANTE / ÓRGÃO PARTICIPANTE), doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo(a) Senhor(a) Secretário(a) Municipal, Sr(a). XXXXXXXXXXXX, RG n.º XXXXXXXXXXXXX e CPF n.º XXXXXXXXXXXX e a empresa XXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ n.º XXXXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXX, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu representante legal, XXXXXXXXXXXXX, R.G. n.º XXXXXXXXXXXX, CPF n.º XXX.XXX.XXX-XX, têm, entre si, ajustado o presente CONTRATO, decorrente do **Pregão Eletrônico n.º XXX/2023**, formalizado nos autos do **Processo Administrativo n.º 06.1304.0001/2026**, submetendo-se às cláusulas e condições abaixo e aos preceitos instituídos pela **Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021**, de outras normas aplicáveis ao objeto deste contrato.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.0. O objeto do presente instrumento é o fornecimento de medicamentos, materiais hospitalares, odontológicos e insumos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE E DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					
3					

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA

...					
-----	--	--	--	--	--

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Proposta do contratado;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) ordem de fornecimento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

**6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em \_\_/\_\_/\_\_ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA**

- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

**8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA**

**9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.9. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA**

- 9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

**10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- der causa à inexecução parcial do contrato;
  - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - der causa à inexecução total do contrato;
  - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
  - apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
  - praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
  - Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
  - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA**

iv) **Multa:**

(1) Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA**

referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

12.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.2.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.1.3. Indenizações e multas.

12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na dotação abaixo discriminada:

DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023. Art. 17. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).



**ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA**

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)**

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em ....., Seção Judiciária de ..... para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

*[Local], [dia] de [mês] de [ano].*

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

*TESTEMUNHAS:*

\_\_\_\_\_  
*Nome e CPF*

\_\_\_\_\_  
*Nome e CPF*

## ANEXO V

# ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP



### Unidade Requisitante

Secretaria Municipal de Administração, Saúde, Educação e Assistência Social.



### Alinhamento com o Planejamento Anual

A necessidade objeto do presente estudo não possui previsão no plano de contratações anual da Organização.



### Equipe de Planejamento

GILDEMBERG PEREIRA DE MORAIS



### Problema Resumido

A frota de veículos, caminhões e máquinas da Prefeitura Municipal Graça Aranha enfrenta constantes falhas e paralisações devido à falta de peças e acessórios necessários para a manutenção adequada.

Em atendimento ao inciso I do art. 18 da Lei 14.133/2021, o presente instrumento caracteriza a primeira etapa do planejamento do processo de contratação e busca atender o interesse público envolvido e buscar a melhor solução para atendimento da necessidade aqui descrita.



## DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A Prefeitura Municipal Graça Aranha enfrenta um desafio em relação à sua frota de veículos, caminhões e máquinas, que frequentemente sofrem falhas e paralisações devido à falta de peças e acessórios necessários para a manutenção adequada. Essa situação gera prejuízos para o município, pois impacta diretamente na prestação de serviços públicos essenciais, como transporte de pacientes, coleta de lixo, manutenção de estradas, entre outros.

A indisponibilidade de peças e acessórios para reposição imediata compromete a eficiência e a qualidade dos serviços prestados pela Prefeitura, prejudicando a população local e causando transtornos operacionais. Além disso, as constantes falhas nos veículos e máquinas aumentam os custos de manutenção e diminuem a vida útil dos equipamentos, o que representa um desperdício de recursos públicos.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível adotar medidas que garantam o abastecimento regular de peças e acessórios para a manutenção da frota da Prefeitura Municipal Graça Aranha. A resolução deste problema é fundamental para assegurar a continuidade dos serviços públicos e promover a eficiência na gestão dos recursos municipais, contribuindo para o bem-estar da comunidade e para o desenvolvimento sustentável do município.



## REQUISITOS DA FUTURA CONTRATAÇÃO

1. Fornecimento regular de peças e acessórios para a manutenção dos veículos, caminhões e máquinas da frota da Prefeitura Municipal Graça Aranha,
2. Qualidade das peças e acessórios fornecidos, garantindo durabilidade e desempenho adequado
3. Disponibilidade imediata das peças e acessórios mais utilizados.
4. Atendimento rápido e eficiente nos casos de emergência ou paralisação dos veículos por falta de peças.
5. Certificação de qualidade e procedência das peças e acessórios fornecidos.
6. Suporte técnico para identificação correta das peças necessárias.
7. Preços competitivos e compatíveis com o mercado.
8. Cumprimento dos prazos de entrega estabelecidos.
9. Garantia dos produtos fornecidos.
10. Para os serviços de manutenção, a contratada deverá possuir sede, preferencialmente, no município de Graça Aranha. Na impossibilidade, a sede deverá situar-se em um raio de até 50 km do município contratante. Caso a sede esteja fora desse limite, todos os custos e despesas referentes ao transporte dos veículos para manutenção ficarão a cargo da contratada, sem qualquer ônus para o município

Esses são os requisitos mínimos que a solução contratada deve atender para solucionar o problema da falta de peças e acessórios para a manutenção da frota da Prefeitura Municipal Graça Aranha. Esses requisitos são essenciais para garantir a continuidade e eficiência dos serviços prestados pela frota municipal.



## SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO

1. Contratação de empresa especializada em fornecimento de peças e serviços de manutenção:  
Vantagens:
  - Garantia de disponibilidade constante de peças e acessórios para manutenção dos veículos, caminhões e máquinas.
  - Redução de custos com paralisações e manutenções emergenciais.
  - Maior controle e organização do estoque de peças.Desvantagens:
  - Custo adicional com a contratação da empresa especializada.
  - Possível dependência da empresa contratada para gerir o estoque.

2. Implementação de um sistema de gestão de estoque e manutenção informatizado:

Vantagens:

- Melhor controle e rastreamento das peças e acessórios em estoque.
- Facilidade na identificação de necessidade de reposição de itens.
- Possibilidade de integração com fornecedores para compras automáticas.

Desvantagens:

- Investimento inicial alto na implementação do sistema.
- Necessidade de treinamento dos funcionários para utilização adequada do sistema.

3. Ampliação do estoque atual de peças e acessórios:

Vantagens:

- Aumento da disponibilidade de itens para manutenção.
- Redução do tempo de espera por peças.
- Menor frequência de paralisações dos veículos, caminhões e máquinas.

Desvantagens:

- Custo elevado para a compra e armazenamento de novas peças.
- Possibilidade de obsolescência de itens de baixo uso.

4. Acordo de parceria com fornecedores de peças e acessórios:

Vantagens:

- Prioridade no atendimento e fornecimento de peças em caso de emergência.
- Possibilidade de negociação de preços e condições favoráveis.
- Maior suporte técnico por parte dos fornecedores.

Desvantagens:

- Dependência da parceria com os fornecedores.
- Risco de descumprimento dos acordos estabelecidos.

Após analisar cada uma das possíveis soluções, é importante considerar o impacto financeiro, operacional e estratégico que cada uma pode trazer para a Prefeitura Municipal Graça Aranha. Outro ponto importante a ser levado em conta é a viabilidade de implementação de cada solução dentro do prazo estabelecido e considerando os recursos disponíveis.



## DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA COMO UM TODO

A escolha da contratação de uma empresa para a prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva de veículos automotivos, bem como o fornecimento de peças, pneumáticos e baterias para a frota da Prefeitura Municipal Graça Aranha, se justifica diante da necessidade de garantir a disponibilidade e o bom funcionamento dos veículos, caminhões e máquinas utilizados nos diversos serviços prestados à população.

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA**

Primeiramente, ao optar pela terceirização desses serviços, a Prefeitura poderá contar com a expertise de uma empresa especializada na área, garantindo um alto nível de qualidade e eficiência nas manutenções realizadas. Além disso, a empresa contratada poderá oferecer um gerenciamento mais eficaz do estoque de peças e acessórios necessários, minimizando os problemas relacionados à falta de suprimentos que têm causado paralisações na frota.

Outra vantagem dessa escolha é a possibilidade de estabelecer contratos de manutenção preventiva, o que contribuirá para a redução dos custos com reparos emergenciais e prolongará a vida útil dos veículos. Com um plano de manutenção adequado, será possível evitar falhas inesperadas e melhorar a disponibilidade dos veículos para execução das atividades municipais de forma contínua e eficiente.

Além disso, a contratação de uma empresa especializada também proporcionará um melhor controle e acompanhamento dos serviços prestados, por meio de indicadores de desempenho e relatórios periódicos de manutenção. Dessa forma, a Administração Pública poderá monitorar de forma mais assertiva a qualidade dos serviços realizados e garantir a transparência na utilização dos recursos públicos.

Portanto, a escolha pela contratação de uma empresa para a prestação de serviços de manutenção de veículos automotivos e fornecimento de peças, pneumáticos e baterias se apresenta como a opção mais adequada para solucionar o problema enfrentado pela frota da Prefeitura Municipal Graça Aranha, trazendo benefícios como a melhoria da disponibilidade dos veículos, a redução de custos com manutenção e a garantia de serviços de qualidade para atender às demandas da população de forma eficaz e eficiente.



**QUANTITATIVOS E VALORES**

LOTE 01 - 02 VEÍCULO FIAT UNO ECONOMY 2019/2020 - SAUDE					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	PREÇO	TOTAL
1	AMORTECEDOR DIANTEIRO	UND	8	R\$ 423,33	R\$ 3.386,64
2	AMORTECEDOR TRASEIRO	UND	8	R\$ 353,33	R\$ 2.826,64
3	PIVO	UND	30	R\$ 85,00	R\$ 2.550,00
4	TERMINAL DIREÇÃO	UND	20	R\$ 98,33	R\$ 1.966,60
5	BIELETA	UND	20	R\$ 85,00	R\$ 1.700,00
6	PASTILHA DE FREIO	UND	10	R\$ 123,33	R\$ 1.233,30
7	DISCO DE FREIO	UND	20	R\$ 161,67	R\$ 3.233,40
8	TAMBOR DE FREIO	UND	20	R\$ 196,67	R\$ 3.933,40
9	BUCHA DO ESTABILIZADOR	UND	20	R\$ 38,33	R\$ 766,60
10	COXIM DO CAMBIO	UND	10	R\$ 166,67	R\$ 1.666,70
11	COXIM DO MOTOR	UND	10	R\$ 181,67	R\$ 1.816,70
12	CUBO DE RODA	UND	8	R\$ 188,33	R\$ 1.506,64

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA**

13	ROLAMENTO	UND	10	R\$ 136,67	R\$ 1.366,70
14	CORREIA DO ALTERNADOR	UND	4	R\$ 75,00	R\$ 300,00
15	BOMBA D'ÁGUA	UND	8	R\$ 131,67	R\$ 1.053,36
16	CILINDRO DE RODA	UND	10	R\$ 115,00	R\$ 1.150,00
17	FILTRO DE OLEO	UND	30	R\$ 56,67	R\$ 1.700,10
18	OLEO 5W-30 SELENIA	UND	30	R\$ 83,00	R\$ 2.490,00
19	BATERIA 60 AMPERES	UND	2	R\$ 295,67	R\$ 591,34
20	VELA	UND	24	R\$ 178,57	R\$ 4.285,68
21	CABO DE VELA	UND	6	R\$ 79,45	R\$ 476,70
22	LAMPADA H4	UND	40	R\$ 59,17	R\$ 2.366,80
23	BOBINA DE IGNIÇÃO	UND	5	R\$ 208,60	R\$ 1.043,00
24	SONDA LAMBDA	UND	4	R\$ 348,33	R\$ 1.393,32
25	BOMBA DE COMBUSTIVEL	UND	8	R\$ 285,00	R\$ 2.280,00
26	MOTOR DE PARTIDA	UND	4	R\$ 1.031,67	R\$ 4.126,68
27	SUPORTE ESCOVA	UND	10	R\$ 81,63	R\$ 816,30
28	REGULADOR DE VOLTAGEM	UND	5	R\$ 276,67	R\$ 1.383,35
29	SENSOR DE OLEO	UND	6	R\$ 71,22	R\$ 427,32
30	SENSOR DE FREIO	UND	5	R\$ 126,33	R\$ 631,65
31	JUNTA DO CABCOTE	UND	15	R\$ 146,67	R\$ 2.200,05
32	JUNTA DA TAMPA DE VALVULA	JOGO	20	R\$ 57,33	R\$ 1.146,60
33	VALVULA DE ESCAPE	UND	16	R\$ 186,83	R\$ 2.989,28
34	VALVULA DE ADMISSAO	UND	16	R\$ 156,67	R\$ 2.506,72
35	BRONZE DE BIELA	UND	4	R\$ 211,67	R\$ 846,68
36	BRONZE DE MANCAL	UND	4	R\$ 226,67	R\$ 906,68
37	RETENTOR DE VALVULA	JOGO	5	R\$ 90,00	R\$ 450,00
38	ANEL DE SEGMENTO	UND	4	R\$ 323,33	R\$ 1.293,32
39	RADIADOR	UND	5	R\$ 480,00	R\$ 2.400,00
40	FILTRO DE AR	UND	10	R\$ 54,97	R\$ 549,70
41	FILTRO DE CABINE	UND	10	R\$ 44,67	R\$ 446,70
42	FILTRO DE COMBUSTIVEL	UND	10	R\$ 53,00	R\$ 530,00
43	TENSOR DA CORREIA	UND	4	R\$ 197,00	R\$ 788,00
44	RESEVATORIO DE AGUA	UND	3	R\$ 109,67	R\$ 329,01
45	JUNTA HOMOCINETICA	UND	4	R\$ 256,67	R\$ 1.026,68
46	BUZINA	UND	4	R\$ 70,00	R\$ 280,00
47	FAROL LD/LE	UND	2	R\$ 476,67	R\$ 953,34
TOTAL					R\$ 74.111,68

LOTE 02- PEÇAS/FIAT STRADA 2019/2020 - SAUDE

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UND	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
------	---------------	-----	-----	--------	---------

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA**

1	PASTILHA DE FREIO DIANT.	UND	10	R\$ 178,33	R\$ 1.783,30
2	SAPATA DE FREIO	UND	5	R\$ 205,00	R\$ 1.025,00
3	TERMINAL DE DIREÇÃO (LD)	UND	25	R\$ 108,33	R\$ 2.708,25
4	TERMINAL DE DIREÇÃO (LE)	UND	25	R\$ 108,33	R\$ 2.708,25
5	ARTICULAÇÃO (ROSCA GROSSA)	UND	30	R\$ 111,83	R\$ 3.354,90
6	BIELETA (LD)	UND	30	R\$ 73,78	R\$ 2.213,40
7	BIELETA (LE)	UND	30	R\$ 73,78	R\$ 2.213,40
8	BUCHA DA BALANCA (LD) 9C/ESTABILIZADOR)	UND	40	R\$ 82,09	R\$ 3.283,60
9	BUCHA DA BALANCA (LE) (C/ESTABILIZADOR)	UND	40	R\$ 86,99	R\$ 3.479,60
10	BUCHA DA BALANCA DIANT.	UND	40	R\$ 56,33	R\$ 2.253,20
11	BUCHA DO ESTABILIZADOR (EXT)	UND	40	R\$ 53,00	R\$ 2.120,00
12	AMORTECEDOR DIANT.	UND	4	R\$ 488,33	R\$ 1.953,32
13	AMORTECEDOR TRAS.	UND	4	R\$ 415,00	R\$ 1.660,00
14	ROL.DA RODA DIANT C/ABS	UND	5	R\$ 233,66	R\$ 1.168,30
15	CUBO DE RODA TRAS.	UND	5	R\$ 338,33	R\$ 1.691,65
16	CUBO DE RODA DIANT.	UND	5	R\$ 218,33	R\$ 1.091,65
17	TAMBOR DE FREIO	UND	10	R\$ 236,67	R\$ 2.366,70
18	BATEDOR DA MOLA TRAS.	UND	20	R\$ 152,33	R\$ 3.046,60
19	BATEDOR DO AMORT.DIANT.	UND	20	R\$ 76,67	R\$ 1.533,40
20	BOMBA DAGUA	UND	3	R\$ 183,33	R\$ 549,99
21	COXIM DO MOTOR	UND	10	R\$ 283,30	R\$ 2.833,00
22	COXIM DO AMORT.DIANT	UND	10	R\$ 171,67	R\$ 1.716,70
23	CORREIA DENTADA	UND	3	R\$ 147,67	R\$ 443,01
24	CORREIA DO ALTERNADOR	UND	3	R\$ 85,00	R\$ 255,00
25	JUNTA DESLIZANTE	UND	5	R\$ 276,67	R\$ 1.383,35
26	JUNTA DO CABECOTE	UND	3	R\$ 155,00	R\$ 465,00
27	JUNTA HOMOCINETICA	UND	5	R\$ 308,33	R\$ 1.541,65
28	COXIM DO CAMBIO INFERIOR	UND	10	R\$ 228,33	R\$ 2.283,30
29	OLEO SINTETICO 5W-30 1L	UND	30	R\$ 46,67	R\$ 1.400,10
30	FILTRO DE OLEO	UND	30	R\$ 34,67	R\$ 1.040,10
31	FILTRO DE COMBUSTIVEL	UND	30	R\$ 46,33	R\$ 1.389,90
32	FILTRO DE AR	UND	30	R\$ 63,33	R\$ 1.899,90
33	FILTRO DE CABINE	UND	30	R\$ 42,87	R\$ 1.286,10
34	RESERVATORIO DE AGUA	UND	2	R\$ 105,10	R\$ 210,20
35	TENSOR DA CORREIA DO ALTERNADOR	UND	3	R\$ 230,33	R\$ 690,99
36	TENSOR CORREIA DENTADA	UND	3	R\$ 205,00	R\$ 615,00
37	SONDA LAMBADA	UND	2	R\$ 340,00	R\$ 680,00

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA**

38	BUZINA	UND	2	R\$ 91,67	R\$ 183,34
39	BATERIA 60 AMPERES	UND	3	R\$ 480,00	R\$ 1.440,00
40	BOBINA DE IGNICAO	UND	2	R\$ 268,33	R\$ 536,66
41	LAMPADA H4 12V 60/55W	UND	30	R\$ 29,33	R\$ 879,90
42	BOMBA DO HIDRAULICO	UND	2	R\$ 611,67	R\$ 1.223,34
43	BOMBA DE COMBUSTIVEL	UND	2	R\$ 368,33	R\$ 736,66
44	PNEU ARO 14 175/70 R14	UND	16	R\$ 478,17	R\$ 7.650,72
45	BRONZE DE BIELA	UND	16	R\$ 195,14	R\$ 3.122,24
46	BRONZE DE MANCAL	UND	16	R\$ 193,74	R\$ 3.099,84
47	RADIADOR	UND	2	R\$ 551,91	R\$ 1.103,82
48	VELA DE IGNIÇÃO	UND	16	R\$ 41,22	R\$ 659,52
49	CABO DE VELA	UND	2	R\$ 141,58	R\$ 283,16
50	MOLA ASPIRAL DIANT.	UND	4	R\$ 272,14	R\$ 1.088,56
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 84.345,57</b>

**LOTE 03 - HILUX 2010 - SAUDE**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VAL. UNIT.	VALOR TOTAL
1	AMORTECEDOR DIANTEIRO	UND	4	R\$ 515,78	R\$ 2.063,12
2	AMORTECEDOR TRASEIRO	UND	4	R\$ 436,15	R\$ 1.744,60
3	ARTICULAÇÃO	UND	10	R\$ 163,51	R\$ 1.635,10
4	BUCHAS DA BANDEJA INFERIOR (GRD)	UND	10	R\$ 138,33	R\$ 1.383,30
5	BUCHAS DA BANDEJA INFERIOR (PQN)	UND	10	R\$ 122,67	R\$ 1.226,70
6	BUCHAS DO AMORTECEDOR DIANTEIRO (INF)	UND	10	R\$ 71,20	R\$ 712,00
7	BOMBA DE OLEO	UND	2	R\$ 838,33	R\$ 1.676,66
8	COIFA DA CAIXA DE DIRECAO (GRD)	UND	10	R\$ 87,05	R\$ 870,50
9	COIFA DA CAIXA DE DIRECAO (PQN)	UND	10	R\$ 79,45	R\$ 794,50
10	COIFA DA JUNTA HOMOCINETICA/CAMBIO	UND	10	R\$ 108,33	R\$ 1.083,30
11	CABO DO ACELERADOR	UND	10	R\$ 166,67	R\$ 1.666,70
12	ROLAMENTO DE CENTRO	UND	10	R\$ 415,85	R\$ 4.158,50
13	CORREIA DENTADA	UND	4	R\$ 178,32	R\$ 713,28
14	CORREIA DO ALTERNADOR	UND	5	R\$ 138,54	R\$ 692,70
15	CILINDRO MESTRE DE EMBREAGEM	UND	4	R\$ 442,18	R\$ 1.768,72
16	ROLAMENTO DO ALTERNADOR (ESTRIADA)	UND	5	R\$ 422,12	R\$ 2.110,60
17	ROLAMENTO DO ALTERNADOR (LISA)	UND	5	R\$ 126,08	R\$ 630,40
18	SUP.ESCOVA.DO MOTOR DE PARTIDA	UND	4	R\$ 74,14	R\$ 296,56
19	PARAFUSO DA	UND	10	R\$ 18,83	R\$ 188,30

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA**

	RODA.DIANT.TRASEIRO				
20	PORCA DA RODA (CROMADA)	UND	10	R\$ 26,74	R\$ 267,40
21	PIVO SUPERIOR	UND	10	R\$ 165,14	R\$ 1.651,40
22	PIVO INFERIOR	UND	10	R\$ 172,15	R\$ 1.721,50
23	RELE AUXILIXAR C/SUP	UND	10	R\$ 53,40	R\$ 534,00
24	KIT DE EMBREAGEM	UND	5	R\$ 2.645,21	R\$ 13.226,05
25	RADIADOR	UND	2	R\$ 1.611,12	R\$ 3.222,24
26	REGULADOR DE VOLTAGEM	UND	2	R\$ 364,07	R\$ 728,14
27	RELE DO PISCA	UND	10	R\$ 41,76	R\$ 417,60
28	RESERVATORIO DE OLEO	UND	2	R\$ 501,44	R\$ 1.002,88
29	RETENTOR DO VOLANTE	UND	12	R\$ 188,80	R\$ 2.265,60
30	COXIM DO AMORTECEDOR	UND	10	R\$ 306,52	R\$ 3.065,20
31	TENSOR DA CORREIA DO ALTERNADOR	UND	5	R\$ 246,67	R\$ 1.233,35
32	TENSOR DA CORREIA DENTADA	UND	5	R\$ 291,82	R\$ 1.459,10
33	SENSOR DE OLEO	UND	6	R\$ 177,85	R\$ 1.067,10
34	SONDA LAMBDA	UND	2	R\$ 645,21	R\$ 1.290,42
35	SENSOR DE VELOCIDADE	UND	10	R\$ 237,67	R\$ 2.376,70
36	SAPATA DE FREIO	UND	10	R\$ 353,28	R\$ 3.532,80
37	TERMINAL DE DIREÇÃO	UND	10	R\$ 135,16	R\$ 1.351,60
38	TAMBOR DE FREIO	UND	10	R\$ 421,74	R\$ 4.217,40
39	CRUZETA ASPIRADA	UND	10	R\$ 314,03	R\$ 3.140,30
40	TRIZETA	UND	10	R\$ 364,95	R\$ 3.649,50
41	VOLANTE DO MOTOR	UND	2	R\$ 1.153,37	R\$ 2.306,74
42	CUBO DE RODA DIANTEIRO	UND	5	R\$ 746,67	R\$ 3.733,35
43	CUBO DE RODA TRASEIRO	UND	5	R\$ 915,08	R\$ 4.575,40
44	JUNTA DE CABECOTE	UND	5	R\$ 348,38	R\$ 1.741,90
45	COXIM DO MOTOR	UND	10	R\$ 308,61	R\$ 3.086,10
46	COIFA DA CAIXA DE DIREÇÃO	UND	10	R\$ 469,88	R\$ 4.698,80
47	DISCO DE FREIO	UND	10	R\$ 433,33	R\$ 4.333,30
48	EMBREAGEM VISCOSA	UND	2	R\$ 550,23	R\$ 1.100,46
49	FILTRO DE AR	UND	10	R\$ 113,60	R\$ 1.136,00
50	FILTRO DE COMBUSTIVEL	UND	10	R\$ 75,27	R\$ 752,70
51	FILTRO DE OLEO	UND	10	R\$ 121,67	R\$ 1.216,70
52	FAROL DE MILHA	UND	6	R\$ 401,67	R\$ 2.410,02
53	SENSOR DE OLEO	UND	5	R\$ 181,85	R\$ 909,25
54	SENSOR DE FREIO C/ABS	UND	5	R\$ 360,30	R\$ 1.801,50
55	SENSOR DE RE	UND	5	R\$ 204,61	R\$ 1.023,05
56	LAMPADA 2 POLOS 12V	UND	10	R\$ 47,97	R\$ 479,70

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA**

57	LAMPADA H7 12V 55W	UND	10	R\$ 63,70	R\$ 637,00
58	LAMPADA PINO DAGUA 12V	UND	10	R\$ 7,51	R\$ 75,10
59	PARABRISA DIANTEIRO	UND	2	R\$ 1.130,74	R\$ 2.261,48
60	MACACO HIDRAULICO	UND	2	R\$ 645,11	R\$ 1.290,22
61	PALHETA DO PARABRISA	UND	10	R\$ 96,33	R\$ 963,30
62	PASTILHA DE FREIO DIANT.	UND	10	R\$ 305,00	R\$ 3.050,00
63	VIDRO TRASEIRO	UND	2	R\$ 500,37	R\$ 1.000,74
64	BIELETA (LD)	UND	10	R\$ 96,77	R\$ 967,70
65	BIELETA (LE)	UND	10	R\$ 94,77	R\$ 947,70
66	OLEO SINTETICO 5W-30 1L	UND	32	R\$ 57,37	R\$ 1.835,84
67	BATERIA 90 AMPERES CX ALTA	UND	2	R\$ 1.099,91	R\$ 2.199,82
68	PNEU ARO 16 265/70 R16	UND	10	R\$ 1.153,40	R\$ 11.534,00
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 138.903,69</b>

**LOTE 04 - VEÍCULO JEEP RENEGADE 2021 - ASSISTENCIA SOCIAL**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	PREÇO	TOTAL
1	PASTILHA DE FREIO.DIANT	UND	3	R\$ 316,66	R\$ 949,98
2	PASTILHA DE FREIO.TRAS	UND	3	R\$ 370,40	R\$ 1.111,20
3	PIVO	UND	4	R\$ 140,16	R\$ 560,64
4	TERMINAL DE DIRECAO LD	UND	2	R\$ 144,47	R\$ 288,94
5	TERMINAL DE DIRECAO LE	UND	2	R\$ 141,91	R\$ 283,82
6	ARTICULACAO	UND	4	R\$ 146,64	R\$ 586,56
7	BIELETA DIANT.(GRANDE)	UND	5	R\$ 135,13	R\$ 675,65
8	BUCHA DA BALANCA.(DIANT PD)	UND	3	R\$ 90,00	R\$ 270,00
9	BUCHA DA BALANCA.(DIANT PT)	UND	3	R\$ 101,57	R\$ 304,71
10	BUCHA DO ESTABILIZADOR	UND	6	R\$ 80,70	R\$ 484,20
11	AMORT.DIANT (LE)	UND	4	R\$ 540,60	R\$ 2.162,40
12	AMORT.DIANT (LD)	UND	4	R\$ 563,34	R\$ 2.253,36
13	AMORT.TRAS (LD)	UND	2	R\$ 753,27	R\$ 1.506,54
14	AMORT.TRAS (LE)	UND	2	R\$ 701,74	R\$ 1.403,48
15	CUBO DE RODA DIANT.C/ROL	UND	4	R\$ 826,70	R\$ 3.306,80
16	TAMBOR DE FREIO	UND	4	R\$ 419,48	R\$ 1.677,92
17	BATEDOR DO AMORT.DIANT	UND	3	R\$ 206,90	R\$ 620,70
18	BOMBA DAGUA	UND	2	R\$ 550,34	R\$ 1.100,68
19	COXIM DO AMORT.DIANT	UND	4	R\$ 253,84	R\$ 1.015,36
20	CORREIA DO ALTERNADOR	UND	3	R\$ 221,97	R\$ 665,91
21	JUNTA HOMOCINETICA	UND	2	R\$ 410,00	R\$ 820,00
22	COXIM DO CAMBIO INFERIOR	UND	3	R\$ 411,87	R\$ 1.235,61
23	FILTRO DE OLEO	UND	10	R\$ 78,70	R\$ 787,00

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA**

24	FILTRO DE AR	UND	10	R\$ 78,30	R\$ 783,00
25	FILTRO DE CABINE	UND	10	R\$ 104,17	R\$ 1.041,70
26	FILTRO DE COMBUSTIVEL	UND	10	R\$ 200,50	R\$ 2.005,00
27	RADIADOR	UND	2	R\$ 887,78	R\$ 1.775,56
28	RESERVATORIO DE AGUA	UND	2	R\$ 298,33	R\$ 596,66
29	TENSOR CORREIA DO ALTERNADOR	UND	3	R\$ 789,64	R\$ 2.368,92
30	SONDA LAMBDA	UND	2	R\$ 876,40	R\$ 1.752,80
31	BUZINA PAQUERINHA 12V	UND	2	R\$ 502,37	R\$ 1.004,74
32	BATERIA STAR TOP 72 AMPERES	UND	3	R\$ 1.352,40	R\$ 4.057,20
33	VELA DE IGNICAO	UND	8	R\$ 175,07	R\$ 1.400,56
34	BOBINA DE IGNICAO	UND	2	R\$ 451,10	R\$ 902,20
35	LAMPADA 1 POLO 12V	UND	10	R\$ 19,78	R\$ 197,80
36	LAMPADA H4 12V 60/55W	UND	10	R\$ 30,50	R\$ 305,00
37	BOMBA DE COMB.FLEX (REFIL)	UND	2	R\$ 440,61	R\$ 881,22
38	OLEO 5W-30 1L	UND	60	R\$ 75,37	R\$ 4.522,20
39	PNEU 225/70 R16	UND	16	R\$ 1.023,80	R\$ 16.380,80
TOTAL					R\$ 64.046,82

**LOTE 05 - VEÍCULO FIAT DUCATO 2020 - ADMINISTRAÇÃO**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	PREÇO	TOTAL
1	ROLAMENTO DE RODA TRASEIRO	UND	10	R\$ 333,37	R\$ 3.333,70
2	ROLAMENTO DE RODA DIANTEIRO	UND	10	R\$ 410,07	R\$ 4.100,70
3	RADIADOR	UND	2	R\$ 1.198,43	R\$ 2.396,86
4	ROLAMENTO DO AMORTECEDOR	UND	2	R\$ 206,80	R\$ 413,60
5	KIT DE EMBREAGEM	KIT	2	R\$ 3.100,86	R\$ 6.201,72
6	MOTOR DE PARTIDA	UND	2	R\$ 2.050,72	R\$ 4.101,44
7	TERMINAIS DE DIRECAO	Und	10	R\$ 175,21	R\$ 1.752,10
8	BOMBA DE DIRECAO HIDRAULICA	UND	1	R\$ 1.220,43	R\$ 1.220,43
9	AMORTECEDOR DIANTEIRO	Und	4	R\$ 829,30	R\$ 3.317,20
10	ATUADOR DE EMBREAGEM	UND	2	R\$ 830,59	R\$ 1.661,18
11	AMORTECEDOR TRASEIRO	UND	4	R\$ 543,33	R\$ 2.173,32
12	PALHETA DO LIMPADOR	Und	4	R\$ 145,86	R\$ 583,44
13	OLEO DO MOTOR 15W-40 1L	Und	110	R\$ 47,53	R\$ 5.228,30
14	VENTILADOR MAGNETICO	Und	1	R\$ 823,85	R\$ 823,85
15	ALTERNADOR 12 V	UND	2	R\$ 1.656,66	R\$ 3.313,32
16	BICO INJETOR	UND	4	R\$ 1.507,89	R\$ 6.031,56
17	CATALIZADOR	UND	1	R\$ 2.899,92	R\$ 2.899,92
18	KIT TENSORES	KIT	2	R\$ 1.373,70	R\$ 2.747,40
19	OLEO DIFERENCIAL 90 GL5 20 LT	UND	8	R\$ 483,04	R\$ 3.864,32

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA**

20	COMPRESSOR DE AR CONDICIONADO	UND	1	R\$ 1.710,38	R\$ 1.710,38
21	NUCLEO EVAPORADOR	UND	1	R\$ 1.133,26	R\$ 1.133,26
22	PNEU 225/75 R16	UND	8	R\$ 1.201,70	R\$ 9.613,60
23	KIT DE FILTROS	KIT	6	R\$ 498,44	R\$ 2.990,64
24	BATENTE DE BORRACHA	UND	6	R\$ 307,17	R\$ 1.843,02
25	CORREA DO ALTERNADOR	UND	6	R\$ 336,64	R\$ 2.019,84
26	PIVO (GROSSO)	UND	10	R\$ 137,84	R\$ 1.378,40
27	BIELETA	UND	15	R\$ 132,77	R\$ 1.991,55
28	BUCHA DA ESTABILIZADOR	UND	30	R\$ 166,66	R\$ 4.999,80
29	DISCO DE FREIO DIANTEIRO	UND	10	R\$ 546,15	R\$ 5.461,50
30	DISCO DE FREIO TRASEIRO	UND	10	R\$ 470,43	R\$ 4.704,30
31	TAMBOR DE FREIO	UND	10	R\$ 411,19	R\$ 4.111,90
32	PASTILHA DE FREIO DIANT.	UND	20	R\$ 258,66	R\$ 5.173,20
33	PASTILHA DE FREIO TRAS.	UND	20	R\$ 330,32	R\$ 6.606,40
34	CILINDRO MESTRE DE FREIO	UND	5	R\$ 1.058,88	R\$ 5.294,40
35	CORREIA DO ALTERNADOR	UND	8	R\$ 120,96	R\$ 967,68
36	TENSOR CORREIA DO ALTERNADOR	UND	5	R\$ 355,33	R\$ 1.776,65
37	FILTRO DE COMBUSTIVEL	UND	50	R\$ 131,99	R\$ 6.599,50
38	FILTRO DE OLEO	UND	50	R\$ 235,14	R\$ 11.757,00
39	FILTRO DE AR	UND	50	R\$ 135,33	R\$ 6.766,50
40	BATERIA 100 AMPERES CX BAIXA	UND	2	R\$ 829,70	R\$ 1.659,40
TOTAL					R\$ 144.723,28

**LOTE 06 - VEÍCULO RENAULT MASTER I 2019 - SAÚDE**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	PREÇO	TOTAL
1	ROLAMENTO DA RODA DIANT.	UND	5	448,66	R\$ 2.243,30
2	CUBO DE RODA TRASEIRO	UND	4	337,33	R\$ 1.349,32
3	RADIADOR	UND	2	1.744,00	R\$ 3.488,00
4	TERMINAL DE DIREÇÃO (LD)	UND	20	199,98	R\$ 3.999,60
5	TERMINAL DE DIREÇÃO (LE)	UND	20	199,98	R\$ 3.999,60
6	AMORTECEDOR DIANT.	UND	8	802,32	R\$ 6.418,56
7	OLEO SINTETICO 5W-30 1L	UND	70	100,23	R\$ 7.016,10
8	MOTOR DO VENT.INTERNO	UND	2	316,67	R\$ 633,34
9	COMPRESSOR DO AR CONDICIONADO	UND	2	2.133,95	R\$ 4.267,90
10	NUCLEO DO EVAPORADOR	UND	2	1.753,78	R\$ 3.507,56
11	CORREIA DO ALTERNADOR	UND	5	169,92	R\$ 849,60
12	CILINDRO MESTRE DE FREIO	UND	5	483,24	R\$ 2.416,20
13	PIVO	UND	8	156,61	R\$ 1.252,88
14	BIELETA	UND	10	362,91	R\$ 3.629,10

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA**

15	CILINDRO MESTRE DE EMBREAGEM	UND	8	363,25	R\$	2.906,00
16	CILINDRO DA RODA	UND	6	240,67	R\$	1.444,02
17	COXIM DO MOTOR	UND	10	739,71	R\$	7.397,10
18	VELA DE IGNICAO	UND	12	332,10	R\$	3.985,20
19	BATERIA 100 AMPERES CX ALTA	UND	3	913,60	R\$	2.740,80
20	PNEU P/VAN 225/75 R16 12PR 121/120R	UND	8	1.204,37	R\$	9.634,96
21	KIT DE EMBREAGEM	UND	2	1.168,14	R\$	2.336,28
22	MOTOR DE PARTIDA	UND	1	806,66	R\$	806,66
23	ALTERNADOR	UND	2	1.388,86	R\$	2.777,72
24	BICO INJETOR	UND	4	1.133,65	R\$	4.534,60
25	PNEU P/VAN 225/75 R16 12PR 121/120R	UND	8	1.356,00	R\$	10.848,00
TOTAL					R\$	94.482,40

**LOTE 07 - VEÍCULO RENAULT MASTER II 2019 - SAUDE**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	PREÇO	TOTAL
1	ROLAMENTO DA RODA DIANT.	UND	5	444,66	R\$ 2.223,30
2	CUBO DE RODA TRASEIRO	UND	4	338,66	R\$ 1.354,64
3	RADIADOR	UND	2	1.343,72	R\$ 2.687,44
4	TERMINAL DE DIREÇÃO (LD)	UND	20	192,59	R\$ 3.851,80
5	TERMINAL DE DIREÇÃO (LE)	UND	20	191,92	R\$ 3.838,40
6	AMORTECEDOR DIANT.	UND	8	1.019,00	R\$ 8.152,00
7	OLEO SINTETICO 5W-30 1L	UND	70	115,00	R\$ 8.050,00
8	MOTOR DO VENT.INTERNO	UND	2	1.092,83	R\$ 2.185,66
9	COMPRESSOR DO AR CONDICIONADO	UND	2	3.131,67	R\$ 6.263,34
10	NUCLEO DO EVAPORADOR	UND	2	1.750,35	R\$ 3.500,70
11	CORREIA DO ALTERNADOR	UND	5	213,30	R\$ 1.066,50
12	CILINDRO MESTRE DE FREIO	UND	5	481,28	R\$ 2.406,40
13	PIVO	UND	8	233,11	R\$ 1.864,88
14	BIELETA	UND	10	228,15	R\$ 2.281,50
15	CILINDRO MESTRE DE EMBREAGEM	UND	8	407,27	R\$ 3.258,16
16	CILINDRO DA RODA	UND	6	238,48	R\$ 1.430,88
17	COXIM DO MOTOR	UND	10	705,21	R\$ 7.052,10
18	VELA DE IGNICAO	UND	12	313,66	R\$ 3.763,92
19	BATERIA 100 AMPERES CX ALTA	UND	3	880,33	R\$ 2.640,99
20	PNEU P/VAN 225/75 R16 12PR 121/120R	UND	8	2.016,33	R\$ 16.130,64
21	KIT DE EMBREAGEM	UND	2	2.000,00	R\$ 4.000,00
22	MOTOR DE PARTIDA	UND	1	1.801,67	R\$ 1.801,67
23	ALTERNADOR	UND	2	1.324,87	R\$ 2.649,74

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA

24	BICO INJETOR	UND	4	3.584,00	R\$	14.336,00
25	PNEU P/VAN 225/75 R16 12PR 121/120R	UND	8	1.395,28	R\$	11.162,24
TOTAL					R\$	117.952,90

LOTE 08 - CAÇAMBA IVECO 260E28 - ADMINISTRAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VAL. UNIT.	VALOR TOTAL	
1	BRAÇO DO LIMPADOR DO PARA-BRISA	UND	2	R\$ 303,33	R\$	606,66
2	FAROL	UND	2	R\$ 1.569,97	R\$	3.139,94
3	FILTRO DE AR EXT.	UND	6	R\$ 176,30	R\$	1.057,80
4	FILTRO DE AR INT.	UND	6	R\$ 236,66	R\$	1.419,96
5	FILTRO DE COMBUSTIVEL	UND	6	R\$ 183,32	R\$	1.099,92
6	FILTRO DE OLEO	UND	8	R\$ 128,32	R\$	1.026,56
7	LUVA DO CARDAM TRASSMISSÃO	UND	10	R\$ 467,40	R\$	4.674,00
8	LONA DE FREIO	UND	20	R\$ 343,33	R\$	6.866,60
9	POLIA DA BOMBA D'AGUA	UND	5	R\$ 238,54	R\$	1.192,70
10	IMPULSOR BENDIX	UND	6	R\$ 716,62	R\$	4.299,72
11	FILTRO DE COMBUSTIVEL	UND	6	R\$ 136,91	R\$	821,46
12	ROLAMENTO RODA DIANTEIRO	UND	8	R\$ 836,66	R\$	6.693,28
13	FILTRO LUBRICANTE	UND	10	R\$ 151,66	R\$	1.516,60
14	AUTOMÁTICO DE MP	UND	10	R\$ 250,00	R\$	2.500,00
15	INDUZIDO MP	UND	6	R\$ 423,68	R\$	2.542,08
16	CRUZETA SPICCCER 2X	UND	10	R\$ 404,10	R\$	4.041,00
17	AMORTECEDOR DA CABINE	UND	6	R\$ 713,33	R\$	4.279,98
18	BALDE DE ÓLEO TOP TURBO	UND	10	R\$ 653,33	R\$	6.533,30
19	PALHETA LIMOADORA DO PARABRISA	UND	4	R\$ 149,00	R\$	596,00
20	AUTOMÁTICO DE DELCO REMY	UND	6	R\$ 347,05	R\$	2.082,30
21	AMORTECEDOR DIANTEIRO	UND	8	R\$ 425,30	R\$	3.402,40
22	TAMBOR DE FREIO	UND	12	R\$ 2.160,00	R\$	25.920,00
23	PITO	UND	10	R\$ 148,71	R\$	1.487,10
24	PARABRISA	UND	6	R\$ 1.260,33	R\$	7.561,98
25	PARABRISA TRASEIRO	UND	6	R\$ 509,22	R\$	3.055,32
26	PNEU P/CAMINHAO 1000X20	UND	12	R\$ 3.333,33	R\$	39.999,96
27	CAMARA DE AR ARO 20	UND	12	R\$ 481,95	R\$	5.783,40
28	PROTETOR DE CAMARA ARO 20	UND	12	R\$ 217,19	R\$	2.606,28
29	BALDE DE GRAXA 10KG	UND	4	R\$ 363,27	R\$	1.453,08
TOTAL					R\$	148.259,38

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA**

LOTE 09 - VEÍCULO MICRO ÔNIBUS VOLARE USL ANO 2012 - EDUCAÇÃO					
ITEM	DESCERÇÃO	UND	QNT.	VAL. UNIT	VALOR TOTAL
1	2ª MOLA MESTRE TRAZEIRA	UND	2	R\$ 1.252,99	R\$ 2.505,98
2	ADITIVO PARA RADIADOR	UND	10	R\$ 44,98	R\$ 449,80
3	ARRUELA ENCOSTO	UND	6	R\$ 39,33	R\$ 235,98
4	AMORTECEDOR DIANTEIRO	UND	8	R\$ 623,93	R\$ 4.991,44
5	AMORTECEDOR TRAZEIRO	UND	4	R\$ 423,93	R\$ 1.695,72
6	BOMBA D' ÁGUA	UND	5	R\$ 451,24	R\$ 2.256,20
7	BOMBA DE ÓLEO	UND	2	R\$ 525,31	R\$ 1.050,62
8	BIELETA	UND	6	R\$ 126,98	R\$ 761,88
9	BOBINA DE CAMPO	UND	5	R\$ 223,81	R\$ 1.119,05
10	BORRACHA AMORTECEDOR TRAZEIRO	UND	4	R\$ 58,04	R\$ 232,16
11	BORRACHA ESTRABILIZADOR DIANTEIRO	UND	16	R\$ 50,93	R\$ 814,88
12	BUCHA BARRA ESTABILIZADORA TRAZEIRA	UND	16	R\$ 52,78	R\$ 844,48
13	BORRACHA ROLAMENTO CARDAM	UND	4	R\$ 123,00	R\$ 492,00
14	BRAÇO PITMAN	UND	8	R\$ 361,90	R\$ 2.895,20
15	BUJÃO DIFERENCIAL	UND	1	R\$ 50,28	R\$ 50,28
16	CABO ACELERADOR	UND	5	R\$ 282,08	R\$ 1.410,40
17	CABO FREIO DE MÃO	UND	5	R\$ 302,96	R\$ 1.514,80
18	CILINDRO EMBREAGEM	UND	5	R\$ 237,25	R\$ 1.186,25
19	CILINDRO RODA	UND	5	R\$ 149,75	R\$ 748,75
20	CORREIA ALTERNADOR	UND	5	R\$ 159,26	R\$ 796,30
21	COXIM RADIADOR	UND	5	R\$ 86,98	R\$ 434,90
22	CRUZETA CARDAM	UND	5	R\$ 190,00	R\$ 950,00
23	CUBO RODA TRAZEIRA	UND	3	R\$ 1.453,53	R\$ 4.360,59
24	CUICA DE FREIO	UND	5	R\$ 422,86	R\$ 2.114,30
25	DEFLETOR DO RADIADOR	UND	5	R\$ 258,65	R\$ 1.293,25
26	DISCO DE FREIO	UND	5	R\$ 405,00	R\$ 2.025,00
27	EMBREAGEM KIT	UND	3	R\$ 1.766,96	R\$ 5.300,88
28	ENGRENAGEM 1ª E 2ª	UND	6	R\$ 1.535,33	R\$ 9.211,98
29	ESTICADOR CORREIA	UND	5	R\$ 208,32	R\$ 1.041,60
30	FAROL DE LD/LE	UND	5	R\$ 378,39	R\$ 1.891,95
31	FECHADURA DA PORTA CARREDIÇA	UND	5	R\$ 459,10	R\$ 2.295,50
32	FECHADURA DA TAMPA TRAZEIRA	UND	5	R\$ 264,99	R\$ 1.324,95
33	FILTRO DE AR	UND	5	R\$ 133,95	R\$ 669,75
34	FILTRO DE COMBUSTIVEL	UND	5	R\$ 114,55	R\$ 572,75
35	FILTRO LUBIFICANTE	UND	5	R\$ 221,66	R\$ 1.108,30

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA**

36	FILTRO OLEO	UND	5	R\$ 65,32	R\$ 326,60
37	FLEXIVEL FREIO DIANTEIRO	UND	5	R\$ 88,32	R\$ 441,60
38	GARFO SOLDAVEL	UND	5	R\$ 202,92	R\$ 1.014,60
39	HÉLICE VENTILADOR	UND	5	R\$ 307,62	R\$ 1.538,10
40	INDOZIDO PARTIDA	UND	9	R\$ 394,44	R\$ 3.549,96
41	JUNTA CABEÇOTE	UND	5	R\$ 341,98	R\$ 1.709,90
42	JUNTA DIFERENCIAL	UND	5	R\$ 121,98	R\$ 609,90
43	LÂMPADA DO FAROL	UND	5	R\$ 52,56	R\$ 262,80
44	LANTERNA TRAZEIRA	UND	5	R\$ 239,98	R\$ 1.199,90
45	LONA DE FREIO	UND	5	R\$ 363,33	R\$ 1.816,65
46	LONA DE FREIO TRAZEIRO	UND	5	R\$ 368,03	R\$ 1.840,15
47	LUVA CARDAM	UND	5	R\$ 351,67	R\$ 1.758,35
48	LUVA PINHÃO	UND	6	R\$ 395,37	R\$ 2.372,22
49	LUVA TRAZEIRA CAIXA	UND	5	R\$ 355,17	R\$ 1.775,85
50	MAÇANETA EXTERNA DA PORTA DIANTEIRA	UND	6	R\$ 332,33	R\$ 1.993,98
51	MOLA DIANTEIRA	UND	5	R\$ 416,66	R\$ 2.083,30
52	MOLA PATIM TRAZEIRA	UND	6	R\$ 57,97	R\$ 347,82
53	MURINGA CAIXA	UND	6	R\$ 368,66	R\$ 2.211,96
54	PALHETA DO LIMPADOR DE PARABRISA	UND	4	R\$ 128,18	R\$ 512,72
55	PARABRISA DIANTEIRO	UND	1	R\$ 1.852,93	R\$ 1.852,93
56	PARABRISA TRAZEIRO	UND	4	R\$ 1.256,65	R\$ 5.026,60
57	PISTA DO ROLAMENTO RODA TRAZEIRA	UND	5	R\$ 184,20	R\$ 921,00
58	PARAFUSO DE RODA	UND	4	R\$ 31,95	R\$ 127,80
59	PASTILHA FREIO	UND	5	R\$ 193,48	R\$ 967,40
60	PARABRISA	UND	4	R\$ 1.775,28	R\$ 7.101,12
61	PARABRISA TRASEIRO	UND	5	R\$ 1.466,66	R\$ 7.333,30
62	PATIM FREIO TRAZEIRO	UND	5	R\$ 233,28	R\$ 1.166,40
63	PINÇA FREIO DIANTEIRO	UND	4	R\$ 498,51	R\$ 1.994,04
64	PLACA DIODO	UND	4	R\$ 303,60	R\$ 1.214,40
65	POLIA ALTERNADOR	UND	4	R\$ 175,18	R\$ 700,72
66	RETENTOR PINHÃO	UND	4	R\$ 167,44	R\$ 669,76
67	RETENTOR TRAZEIRO	UND	4	R\$ 183,00	R\$ 732,00
68	ROLAMENTO CENTRAL CARDAM	UND	4	R\$ 213,00	R\$ 852,00
69	ROLAMENTO DIANTEIRO EXTERNO	UND	4	R\$ 235,33	R\$ 941,32
70	ROLAMENTO DIANTEIRO ENTERNO	UND	4	R\$ 256,47	R\$ 1.025,88
71	ROLAMENTO EIXO CARETÃO	UND	4	R\$ 223,37	R\$ 893,48
72	ROLAMENTO EIXO PILOTÃO	UND	4	R\$ 290,00	R\$ 1.160,00

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA

73	ROLAMENTO LATERAL CAIXA SATÉLITE	UND	4	R\$ 464,43	R\$ 1.857,72
74	ROLAMENTO PINHÃO GRANDE	UND	4	R\$ 395,23	R\$ 1.580,92
75	ROLAMENTO PINHÃO PEQUENO	UND	4	R\$ 177,84	R\$ 711,36
76	ROLAMENTO TRAZEIRO EXTERNO	UND	4	R\$ 363,31	R\$ 1.453,24
77	ROLAMENTO TRAZEIRO INTERNO	UND	4	R\$ 224,10	R\$ 896,40
78	SAPATA DE FREIO TRAZEIRA	UND	4	R\$ 266,94	R\$ 1.067,76
79	SEMIEIXO TRAZEIRO	UND	3	R\$ 1.915,33	R\$ 5.745,99
80	SENSOR DE VELOCIDADE	UND	3	R\$ 263,33	R\$ 789,99
81	SUPORTE DO AMORTOCEDOR DIANTEIRO	UND	3	R\$ 353,59	R\$ 1.060,77
82	SUPORTE FUSÍVEL	UND	3	R\$ 46,67	R\$ 140,01
83	SUPORTE HÉLICE	UND	6	R\$ 594,30	R\$ 3.565,80
84	TAMBOR FREIO	UND	4	R\$ 608,47	R\$ 2.433,88
85	TAMPA DIFERENCIAL	UND	4	R\$ 559,98	R\$ 2.239,92
86	PNEU P/CAMINHAO 900X20	UND	16	R\$ 1.689,23	R\$ 27.027,68
87	OLEO 15W-40 20L	UND	6	R\$ 651,30	R\$ 3.907,80
88	BALDE DE GRAXA 10KG	UND	4	R\$ 320,38	R\$ 1.281,52
89	BATERIA 100 AMPERES CX ALTA	UND	3	R\$ 1.018,66	R\$ 3.055,98
TOTAL					R\$ 181.511,12

LOTE 10 - PÁ CARREGADEIRA - XCMG 2022 - ADMINISTRAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VAL. UNIT.	VALOR TOTAL
1	ANEL CONV SEGMENTO	UND	3	R\$ 244,91	R\$ 734,73
2	ANEL CONVERSOR	UND	6	R\$ 166,25	R\$ 997,50
3	ARRUELA TRAVA	UND	5	R\$ 88,30	R\$ 441,50
4	BUCHA BALANÇA	UND	5	R\$ 202,65	R\$ 1.013,25
5	BUCHA BALDE	UND	10	R\$ 154,19	R\$ 1.541,90
6	BUCHA ROTULA	UND	5	R\$ 153,35	R\$ 766,75
7	CILINDRO MESTRE	UND	3	R\$ 549,63	R\$ 1.648,89
8	CABO ACELERADOR	UND	3	R\$ 235,33	R\$ 705,99
9	CABO REVERSÃO	UND	3	R\$ 228,50	R\$ 685,50
10	CÂMARA DE AR	UND	4	R\$ 220,33	R\$ 881,32
11	CAPA SECA	UND	3	R\$ 1.263,73	R\$ 3.791,19
12	CORREIA	UND	5	R\$ 155,02	R\$ 775,10
13	COXIM MOTOR	UND	4	R\$ 290,53	R\$ 1.162,12
14	COXIM RADIADOR	UND	5	R\$ 132,28	R\$ 661,40
15	COXIM TRM	UND	5	R\$ 252,94	R\$ 1.264,70
16	CRUZUETA TRM	UND	7	R\$ 401,95	R\$ 2.813,65

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA**

17	CUBO CONVERSOR	UND	3	R\$ 215,99	R\$ 647,97
18	DEFLETOR CONVERSOR	UND	3	R\$ 434,86	R\$ 1.304,58
19	DISCO GROSSO TRM	UND	5	R\$ 432,91	R\$ 2.164,55
20	DISCO TRM	UND	14	R\$ 542,67	R\$ 7.597,38
21	ENGRENAGEM	UND	7	R\$ 1.357,37	R\$ 9.501,59
22	ENGRENAGEM SOLAR	UND	4	R\$ 1.194,03	R\$ 4.776,12
23	ESTATOR CONVERSOR	UND	3	R\$ 294,63	R\$ 883,89
24	FILTRO AR EXTERNO	UND	4	R\$ 203,33	R\$ 813,32
25	FILTRO AR INTERNO	UND	4	R\$ 191,33	R\$ 765,32
26	FILTRO CONVERSOR	UND	2	R\$ 255,27	R\$ 510,54
27	FILTRO DE OLEO	UND	5	R\$ 180,28	R\$ 901,40
28	FILTRO DE COMBUSTIVEL	UND	4	R\$ 93,33	R\$ 373,32
29	FILTRO AR CONDICIONADO	UND	4	R\$ 336,93	R\$ 1.347,72
30	FILTRO HIDRAULICO	UND	3	R\$ 381,45	R\$ 1.144,35
31	FILTRO TELA TRM	UND	3	R\$ 255,00	R\$ 765,00
32	FLANGE TRM	UND	3	R\$ 570,30	R\$ 1.710,90
33	GRAXETA DO FILTRO	UND	3	R\$ 160,25	R\$ 480,75
34	HELICE	UND	3	R\$ 483,30	R\$ 1.449,90
35	IMPULSOR CONVERSOR	UND	3	R\$ 236,65	R\$ 709,95
36	JOGO VEDAÇÃO CONVERSOR	UND	3	R\$ 559,97	R\$ 1.679,91
37	JOGO VEDAÇÃO TRM	UND	3	R\$ 505,30	R\$ 1.515,90
38	JUNTA ESCAP	UND	3	R\$ 113,58	R\$ 340,74
39	KIT DE FREIO DAS 4 RODAS	UND	4	R\$ 300,01	R\$ 1.200,04
40	LAMINA	UND	2	R\$ 2.331,95	R\$ 4.663,90
41	LUVA DO CORDAM	UND	3	R\$ 339,97	R\$ 1.019,91
42	LUVA TRM-SAIDA	UND	3	R\$ 401,95	R\$ 1.205,85
43	MANCAL SEM ROLAMENTO	UND	4	R\$ 558,62	R\$ 2.234,48
44	MANGOTE INFERIOR RADIADOR	UND	5	R\$ 332,97	R\$ 1.664,85
45	MANGOTE SUPERIOR RADIADOR	UND	5	R\$ 403,32	R\$ 2.016,60
46	MANGUEIRA HIDRAULICA	UND	5	R\$ 351,12	R\$ 1.755,60
47	MANGUEIRA PURIFICADOR	UND	5	R\$ 243,45	R\$ 1.217,25
48	PARAFUSO CREMALHEIRA	UND	20	R\$ 28,30	R\$ 566,00
49	PARAFUSO LAMINA	UND	10	R\$ 32,30	R\$ 323,00
50	PORCA BALANÇA	UND	5	R\$ 33,98	R\$ 169,90
51	PORCA LAMINA	UND	20	R\$ 46,98	R\$ 939,60
52	REPARO CILINDRO DIREÇÃO	UND	5	R\$ 365,32	R\$ 1.826,60
53	REPARO CILINDRO INCLINAÇÃO	UND	12	R\$ 389,99	R\$ 4.679,88
54	REPARO CILINDRO LEVANTE	UND	12	R\$ 758,33	R\$ 9.099,96

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA**

55	RETENTOR CONVERSO	UND	3	R\$ 265,00	R\$ 795,00
56	RETENTOR DIFERENCIAL	UND	9	R\$ 167,00	R\$ 1.503,00
57	RETENTOR RODA	UND	10	R\$ 190,00	R\$ 1.900,00
58	RETENTOR TRW-DIANTEIRO	UND	9	R\$ 198,89	R\$ 1.790,01
59	ROLAMENTO CENTRO	UND	5	R\$ 626,00	R\$ 3.130,00
60	SENSOR AUTOMATICO DAS MARCHAS	UND	2	R\$ 1.288,83	R\$ 2.577,66
61	SILENCIOSO	UND	5	R\$ 1.350,42	R\$ 6.752,10
62	TERMINAL DOS CABOS	UND	10	R\$ 388,62	R\$ 3.886,20
63	TUBO ESCAPAMENTO	UND	1	R\$ 96,61	R\$ 96,61
64	TRAVA DO CONVERSOR	UND	8	R\$ 221,76	R\$ 1.774,08
65	VOLANTE DIREÇÃO	UND	5	R\$ 207,07	R\$ 1.035,35
66	VARETA TRM-OLEO	UND	7	R\$ 294,00	R\$ 2.058,00
TOTAL					R\$ 123.152,02

LOTE 11 - PATROL CASE 2014 - ADMINISTRAÇÃO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	PREÇO	TOTAL
1	ALAVANCA MARCHA	UND	2	R\$ 110,33	R\$ 220,66
2	ARRUELA ENCOSTO	UND	2	R\$ 49,30	R\$ 98,60
3	BARRA DIREÇÃO DIREITA	UND	2	R\$ 625,33	R\$ 1.250,66
4	BARRA DIREÇÃO ESQUEDA	UND	2	R\$ 622,00	R\$ 1.244,00
5	BOMBA D'AGUA	UND	1	R\$ 458,42	R\$ 458,42
6	BOMBA DE OLEO	UND	1	R\$ 640,65	R\$ 640,65
7	BRAÇO MANGA DE EIXO	UND	2	R\$ 726,66	R\$ 1.453,32
8	BUCHA DA BALANÇA	UND	2	R\$ 90,00	R\$ 180,00
9	BUCHA MANGA DE EIXO	UND	2	R\$ 156,38	R\$ 312,76
10	BUCHA PINO CENTRAL	UND	2	R\$ 102,67	R\$ 205,34
11	CABO VELOCIMETRO	UND	2	R\$ 141,95	R\$ 283,90
12	CÂMARA DE AR	UND	10	R\$ 203,67	R\$ 2.036,70
13	CHAPÉU DE CHUVA	UND	2	R\$ 293,00	R\$ 586,00
14	CORREA	UND	2	R\$ 143,62	R\$ 287,24
15	DENTE DA CONCHA	UND	8	R\$ 366,33	R\$ 2.930,64
16	DISCO EMBREAGEM	UND	2	R\$ 472,00	R\$ 944,00
17	FILTRO DE AR EXTERNO	UND	5	R\$ 178,00	R\$ 890,00
18	FILTRO DE AR INTERNO	UND	5	R\$ 391,70	R\$ 1.958,50
19	FILTRO DE OLEO EXTERNO	UND	5	R\$ 95,00	R\$ 475,00
20	FILTRO DE COMBUSTIVEL	UND	5	R\$ 134,95	R\$ 674,75
21	FILTRO AR CONDICIONADO	UND	4	R\$ 260,28	R\$ 1.041,12
22	FILTRO OLEO INTERNO	UND	3	R\$ 171,62	R\$ 514,86

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA**

23	IGNIÇÃO C/ CHAVE	UND	5	R\$ 263,58	R\$ 1.317,90
24	IMPULSOR	UND	3	R\$ 255,25	R\$ 765,75
25	INDICADOR COMBUSTIVEL	UND	4	R\$ 1.272,94	R\$ 5.091,76
26	JOGO BRONZE BIELA	UND	4	R\$ 242,68	R\$ 970,72
27	JOGO BRONZE MANCAL	UND	3	R\$ 306,66	R\$ 919,98
28	JOGO DE JUNTA	UND	3	R\$ 526,67	R\$ 1.580,01
29	JOGO REPARO DA BOMBA	UND	5	R\$ 178,63	R\$ 893,15
30	MANGA DE EIXO DIREITO	UND	5	R\$ 1.004,33	R\$ 5.021,65
31	MANGA DE EIXO ESQUERDO	UND	7	R\$ 839,33	R\$ 5.875,31
32	MANOMETRO	UND	2	R\$ 433,43	R\$ 866,86
33	PARAFUSO DENTE	UND	9	R\$ 40,03	R\$ 360,27
34	PINO CENTRAL	UND	2	R\$ 148,37	R\$ 296,74
35	PINO VERTICAL DA BALANÇA	UND	3	R\$ 336,67	R\$ 1.010,01
36	PONTA DA LAMINA	UND	10	R\$ 293,30	R\$ 2.933,00
37	PLATOR EMBREAGEM	UND	5	R\$ 423,30	R\$ 2.116,50
38	PORCA DENTE	UND	10	R\$ 18,67	R\$ 186,70
39	PROTETOR DE CÂMARA	UND	5	R\$ 141,72	R\$ 708,60
40	RADIADOR DE OLEO	UND	1	R\$ 610,39	R\$ 610,39
41	REPARO CILINDRO DA CAÇAMBA	UND	2	R\$ 161,27	R\$ 322,54
42	REPARO CILINDRO DE GIRO	UND	4	R\$ 287,04	R\$ 1.148,16
43	REPARO CILINDRO DE LEVANTE	UND	4	R\$ 240,38	R\$ 961,52
44	REPARO CILINDRO ESTABILIZADOR	UND	5	R\$ 264,43	R\$ 1.322,15
45	REPARO CILINDRO LANÇA DE LEVANTE	UND	3	R\$ 274,95	R\$ 824,85
46	REPARO DO PLATOR	UND	3	R\$ 226,51	R\$ 679,53
47	RETENTOR POLIA	UND	4	R\$ 90,50	R\$ 362,00
48	RETENTOR ROLANTE	UND	5	R\$ 136,69	R\$ 683,45
49	ROLAMENTO COLAR	UND	3	R\$ 189,32	R\$ 567,96
50	SUPORTE COLAR	UND	4	R\$ 166,58	R\$ 666,32
51	TAMPA DAS ALAVANCAS	UND	3	R\$ 225,95	R\$ 677,85
52	TANQUE DE COMBUSTIVEL	UND	2	R\$ 1.345,28	R\$ 2.690,56
53	TERMOMETRO	UND	4	R\$ 189,25	R\$ 757,00
54	TUBO MANOMENTRO	UND	5	R\$ 143,58	R\$ 717,90
55	OLEO P/TRANSM.HIDRAULICA 68 20L	UND	20	R\$ 540,48	R\$ 10.809,60
56	GRAXA CHASSIS 10KG	UND	10	R\$ 313,71	R\$ 3.137,10
57	PNEU 1.400X24	UND	16	R\$ 3.394,19	R\$ 54.307,04
58	CAMARA 1.400X24	UND	16	R\$ 628,37	R\$ 10.053,92
59	BATERIA DE 150 AMEPERES	UND	3	R\$ 1.357,58	R\$ 4.072,74
TOTAL					R\$ 144.974,61

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA

LOTE 12 - RETROESCAVADEIRA JCB 3C 2013 - ADMINISTRAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VAL. UNIT.	VALOR TOTAL
1	FILTRO DE AR	UND	5	R\$ 326,11	R\$ 1.630,55
2	FILTRO DE COMBUSTIVEL	UND	5	R\$ 101,58	R\$ 507,90
3	FILTRO DE OLEO	UND	5	R\$ 175,33	R\$ 876,65
4	FILTRO DE AR CONDICIONADO	UND	2	R\$ 158,26	R\$ 316,52
5	PARA-BRISA	UND	2	R\$ 1.339,59	R\$ 2.679,18
6	RETENTOR DO CILINDRO DIANTEIRO	UND	5	R\$ 218,95	R\$ 1.094,75
7	RETENTOR DO CILINDRO TRASEIRO	UND	5	R\$ 229,91	R\$ 1.149,55
8	RETENTOR DO CILINDRO DAS PÁS TRASEIRA	UND	6	R\$ 285,25	R\$ 1.711,50
9	PNEU 17.5X25	UND	16	R\$ 7.696,40	R\$ 123.142,40
10	CAMARA DE AR 17.5X25	UND	16	R\$ 561,95	R\$ 8.991,20
11	PROTETOR DE AR ARO 25	UND	16	R\$ 419,83	R\$ 6.717,28
12	PNEU 12.5X80 ARO 18	UND	16	R\$ 3.631,48	R\$ 58.103,68
13	CAMARA DE AR 12.5X80 ARO 18	UND	16	R\$ 315,33	R\$ 5.045,28
14	BALDE DE OLEO 15W-40 TOP TURBO 20L	UND	20	R\$ 651,97	R\$ 13.039,40
15	BALDE DE GRAXA 10KG	UND	20	R\$ 285,87	R\$ 5.717,40
16	BATERIA DE 150 AMPERES	UND	3	R\$ 1.152,17	R\$ 3.456,51
TOTAL					R\$ 234.179,75

LOTE 13 – MANUTENÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	UND	QTD	V UNITARIO	VAL.TOTAL
1	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA: MECANICA EM GERAL, ALINHAMENTO, BALANCEAMENTO, INJEÇÃO ELETRONICA, SERVIÇOS ELETRICOS.	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	HORA	1500	R\$ 260,00	R\$ 390.000,00



**PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

Parcelamento formal, realização de uma única licitação, mas cada parcela da solução sendo adjudicada em

lotes/itens distintos.

A justificativa para o parcelamento da contratação é que a solução escolhida envolve a prestação de serviços de manutenção e fornecimento de peças, pneumáticos e baterias. Dividir a contratação em lotes/itens distintos permite que cada parcela da solução seja adjudicada separadamente, garantindo a eficiência na execução do serviço e possibilitando a participação de diferentes empresas especializadas em cada área. Dessa forma, o parcelamento formal contribui para uma melhor gestão do contrato e uma maior competitividade no processo licitatório.



## RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a contratação da solução proposta, espera-se reduzir significativamente as paralisações da frota de veículos, caminhões e máquinas da Prefeitura Municipal Graça Aranha, causadas pela falta de peças e acessórios. Isso resultará em economia de recursos financeiros com reparos emergenciais, diminuição do desgaste dos equipamentos devido à falta de manutenção adequada e otimização do tempo dos colaboradores que não precisarão lidar constantemente com problemas mecânicos. Assim, haverá um melhor aproveitamento dos recursos materiais e humanos disponíveis, contribuindo para a eficiência operacional e econômica da entidade pública.



## PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

1. Realizar levantamento completo das necessidades de peças e acessórios para a frota de veículos, caminhões e máquinas.
2. Realizar pesquisa de mercado para identificar fornecedores confiáveis e com preços competitivos.
3. Elaborar um plano de compras estratégico para garantir o abastecimento adequado de peças e acessórios.
4. Verificar a necessidade de contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para garantir a durabilidade da frota.
5. Capacitar servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, com foco em controle de estoque e gestão de contratos de fornecimento de peças.
6. Estabelecer critérios de monitoramento e avaliação do desempenho dos fornecedores, visando garantir a qualidade e a entrega pontual das peças necessárias.



## CONTRATAÇÕES CORRELATAS

Não há necessidade de contratar serviços correlatos ou interdependentes antes de implementar a solução escolhida. Possíveis contratações necessárias podem incluir fornecedores de peças e acessórios, empresas especializadas em manutenção de veículos, entre outros. A prioridade é resolver o problema imediato da falta de peças e acessórios para garantir a manutenção adequada da frota da Prefeitura Municipal Graça Aranha.



## IMPACTOS AMBIENTAIS

Possíveis impactos ambientais relacionados à falta de peças e acessórios para manutenção da frota da Prefeitura de Graça Aranha incluem o aumento do descarte de veículos e equipamentos, o uso excessivo de recursos naturais na produção de novas peças e o aumento da emissão de poluentes devido a falhas mecânicas.

Medidas mitigadoras podem incluir a implementação de um sistema eficiente de gestão de estoque de peças e acessórios, priorizando a utilização de materiais reciclados ou reconicionados para a manutenção dos veículos, caminhões e máquinas, bem como a busca por fornecedores que adotem práticas sustentáveis em suas operações. Além disso, é importante estabelecer políticas de logística reversa para garantir o retorno adequado de bens e refugos, promovendo a reciclagem e o reaproveitamento de materiais.

Essas medidas visam reduzir o impacto ambiental causado pela falta de peças e acessórios para manutenção, contribuindo para a sustentabilidade e preservação dos recursos naturais.



## CONCLUSÃO

As análises iniciais demonstraram que a contratação da solução aqui referida é viável e tecnicamente indispensável. Portanto, com base no que foi apresentado, podemos DECLARAR que a contratação em questão é **PLENAMENTE VIÁVEL**.

Graça Aranha - MA, 14 de abril de 2026.

**GILDERMBERG PEREIRA DE MORAIS**  
Setor de Planejamento

## MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021



### Unidade Requisitante

Secretaria Municipal de Administração, Saúde, Educação e Assistência Social.



### Objeto Detalhado

Contratação de empresa para a prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva de veículos automotivos e fornecimento de peças, pneumáticos e baterias

O presente gerenciamento de riscos permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso do planejamento da contratação, da seleção do fornecedor e da gestão contratual.

O Mapa de Gerenciamento de Riscos contém a identificação e a análise dos principais riscos, consistindo na compreensão da natureza e determinação do nível de risco, que corresponde à combinação do impacto e de suas probabilidades que possam comprometer a efetividade da contratação, bem como o alcance dos resultados pretendidos com a solução a ser contratada.

Para cada risco identificado, definiu-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos e impacto caso o risco ocorra, possíveis ações preventivas e de contingência (respostas aos riscos), bem como o registro e o acompanhamento das ações de tratamento dos riscos.

Para estimar o nível dos riscos, utilizou-se a matriz abaixo recomendada no Referencial Básico de Gestão de Riscos do TCU.

### ESCALA DE PROBABILIDADES

PROBABILIDADE	DESCRIÇÃO DA PROBABILIDADE, DESCONSIDERANDO OS CONTROLES	PESO
Muito Baixa	<b>Improvável.</b> Em situações excepcionais, o evento poderá até ocorrer, mas nada nas circunstâncias indica essa possibilidade.	1
Baixa	<b>Rara.</b> De forma inesperada ou casual, o evento poderá ocorrer, pois as circunstâncias pouco indicam essa possibilidade.	2
Média	<b>Possível.</b> De alguma forma, o evento poderá ocorrer, pois as circunstâncias indicam moderadamente essa possibilidade.	5
Alta	<b>Provável.</b> De forma até esperada, o evento poderá ocorrer, pois as circunstâncias indicam fortemente essa possibilidade.	8
Muito Alta	<b>Praticamente certa.</b> De forma inequívoca, o evento ocorrerá, às circunstâncias indicam claramente essa possibilidade.	10

### ESCALA DE CONSEQUÊNCIAS

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA

IMPACTO	DESCRIÇÃO DA PROBABILIDADE, DESCONSIDERANDO OS CONTROLES	PESO
Muito Baixo	Mínimo impacto nos objetivos (estratégicos, operacionais, de informação/comunicação/divulgação ou de conformidade).	1
Baixo	Pequeno impacto nos objetivos (idem)	2
Médio	Moderado impacto nos objetivos (idem), porém recuperável.	5
Alto	Significativo impacto nos objetivos (idem), de difícil reversão	8
Muito Alto	Catastrófico impacto nos objetivos (idem), de forma irreversível.	10

MATRIZ DE RISCO						
IMPACTO	MUITO ALTO	RISCO MÉDIO	RISCO MÉDIO	RISCO ALTO	RISCO EXTREMO	RISCO EXTREMO
	ALTO	RISCO BAIXO	RISCO MÉDIO	RISCO ALTO	RISCO ALTO	RISCO EXTREMO
	MÉDIO	RISCO BAIXO	RISCO MÉDIO	RISCO MÉDIO	RISCO ALTO	RISCO ALTO
	BAIXO	RISCO BAIXO	RISCO BAIXO	RISCO MÉDIO	RISCO MÉDIO	RISCO MÉDIO
	MUITO BAIXO	RISCO BAIXO	RISCO BAIXO	RISCO BAIXO	RISCO BAIXO	RISCO MÉDIO
		MUITO BAIXA	BAIXA	MÉDIA	ALTA	MUITO ALTA
PROBABILIDADE						

Em atendimento ao inciso X do art. 18 da Lei 14.133/2021, o presente instrumento visa analisar os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual.

Risco Alto - Atraso na entrega de peças/equipamentos		
Etapa	Impacto	Probabilidade
Planejamento	Alto	Alta
Dano		
Possibilidade de paralisação da frota de veículos		

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA

<b>Ações Preventivas</b>	<b>Responsável</b>
Estabelecer prazos e penalidades contratuais claras	Secretário da Pasta
<b>Ações de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
Manter fornecedor alternativo para casos de emergência	Secretário da Pasta

<b>Risco Alto - Serviços de baixa qualidade</b>		
<b>Etapa</b>	<b>Impacto</b>	<b>Probabilidade</b>
Seleção do Fornecedor	Alto	Média
<b>Dano</b>		
Risco de falhas nas manutenções dos veículos		
<b>Ações Preventivas</b>		<b>Responsável</b>
Realizar análise criteriosa das propostas técnicas		Secretário da Pasta
<b>Ações de Contingência</b>		<b>Responsável</b>
Estabelecer revisões periódicas e avaliações de desempenho		Secretário da Pasta

<b>Risco Médio - Falta de transparência na execução dos serviços</b>		
<b>Etapa</b>	<b>Impacto</b>	<b>Probabilidade</b>
Gestão Contratual	Médio	Média
<b>Dano</b>		
Possibilidade de fraudes ou má execução dos serviços		
<b>Ações Preventivas</b>		<b>Responsável</b>
Definir mecanismos de controle e prestação de contas		Secretário da Pasta
<b>Ações de Contingência</b>		<b>Responsável</b>
Realizar auditorias regulares		Secretário da Pasta

Graça Aranha - MA, 14 de abril de 2026.

**GILDERMBERG PEREIRA DE MORAIS**  
**Setor de Planejamento**